

## Prazo para pagar Imposto de Renda no débito automático vai até dia 10

O contribuinte que tem imposto a pagar deve entregar a declaração do Imposto de Renda 2022 até a próxima terça-feira (10) para conseguir quitar em débito automático todas as cotas ou cota única do tributo. É possível parcelar o IR em até oito vezes.

Se declarar o IR depois, poderá pagar a primeira cota ou cota única até o dia 31 de maio, data final de entrega da declaração, mas terá de ser por meio de Darf (Documento de Arrecadação das Receitas Federais). Segundo a Receita Federal, o contribuinte que declarar após o dia 10 ainda poderá colocar as cotas em débito automático, mas só a partir da segunda parcela.

“Quem desejar optar pelo débito automático da cota única ou da primeira quota em diante deve entregar a declaração até 10/05/2022. De-

pois dessa data, a opção pelo débito automático somente alcançará da segunda quota em diante”, informa o órgão federal. As cotas têm vencimento até o último dia útil de cada mês.

Segundo Marcos Hanguí, especialista em Imposto de Renda da King Contabilidade, para conseguir colocar o tributo em débito automático, no entanto, o contribuinte precisa ser o titular da conta bancária. Além disso, o parcelamento das cotas tem valor mínimo. “O total do imposto devido deve ser superior a R\$ 100. Nenhuma cota pode ser inferior a R\$ 50”, diz Hanguí.

O especialista lembra ainda que quem não conseguir fazer a entrega antes do dia 10 e for pagar o IR por meio de Darf em 31 de maio precisa ficar atento ao expediente do banco, seja nos caixas eletrônicos, nas agências ou pela internet. Quem atrasa

tem encargos. “É melhor deixar agendado ou verificar o horário-limite do seu banco”, diz.

Mais de 18 milhões entregaram a declaração Segundo a Receita Federal, foram entregues 18,4 milhões de declarações do Imposto de Renda. Para este ano, são esperados 34,1 milhões de documentos.

Sobre o pagamento do IR, a Receita informa que, na maioria dos casos, ele ocorre no momento em que se recebe o rendimento. No entanto, pode ser que haja tributo a quitar na entrega da declaração, no que o fisco chama de ajuste anual.

“Se o imposto a pagar for inferior a R\$ 10, você não precisa pagar. O imposto entre R\$ 10 e R\$ 100 deve ser pago em cota única (em uma vez)”, diz o órgão.

Cristiane Garcia/Folhapress



## Economia



**Para bancar obras fora do teto, Economia defende usar dinheiro de privatizações**

Página - 03

## Política

**Lula traça plano para Alckmin viajar país e atenuar resistência do agro ao petista**

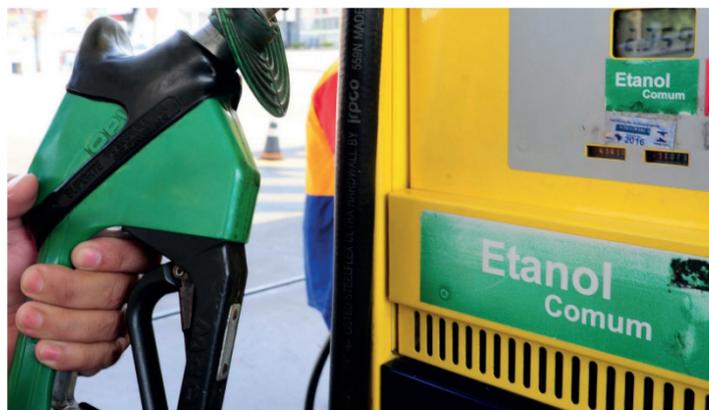
Página - 04

**Moraes dá 15 dias para PF fazer relatório sobre suposta ação de Bolsonaro**

Página - 04

**Início da colheita de cana derruba preço do etanol nas usinas**

Página - 03



**IG4: o salto da gestora brasileira para US\$ 3 bilhões com novos fundos**

Pág - 05

**Mercados se comportaram como cassino nos últimos anos, dispara Warren Buffett**

Pág - 05



## No Mundo

### Reversão do direito ao aborto nos EUA deve se tornar 1ª vitória de Trump para 2024



Se todo mundo que participou do ensaio aparecer para o show, os EUA devem reverter em breve o direito ao aborto. Rascunho da minuta da votação inicial sobre a Roe vs. Wade, vazado ao site Político, mostra que a Suprema Corte mudará o entendimento da legislação em vigor desde 1973.

Assim, a vitória de uma bandeira conservadora clássica deve se tornar o primeiro triunfo de Donald Trump para 2024, ano em que, especula-se, tentará voltar à Presidência. Com o Partido Republicano sob o seu controle, é muito provável que nos próximos dias ele apro-

veite o vazamento para sair em tom de campanha dizendo que a marca conservadora que imprimiu no tribunal já entregou resultados.

Nos quatro anos na Casa Branca, o republicano indicou três juízes para a Suprema Corte, um terço da composição do tribunal. Ampliou a vantagem de cinco juízes de viés conservador contra quatro de viés progressista para, ao menos, cinco a três -o magistrado que falta na conta é o presidente da corte, John Roberts, que nos últimos anos se juntou à ala liberal em muitas decisões, mas nasceu conservador.

Ainda não se sabe, por exemplo, como ele se posi-

cionará na votação final.

A única nomeação de Joe Biden até aqui também não mudará a balança, já que Ketanji Jackson, 51, entrará na vaga de Stephen G. Breyer, seis por meia dúzia no cálculo geral. O que pesou mesmo foram as indicações de Trump, o trio Neil Gorsuch, 54, Brett Kavanaugh, 57, e Amy Coney Barrett, 50.

Como a cadeira no tribunal americano não tem limite de tempo nem de idade para aposentadoria compulsória, os reflexos das nomeações do ex-líder americano vão perdurar por décadas.

Daigo Oliva/Folhapress

### Rússia descarta completar guerra até o Dia da Vitória, diz Serguei Lavrov

Em entrevista à rede italiana Mediaset, o chanceler da Rússia, Serguei Lavrov, descartou que Moscou queira encerrar a Guerra da Ucrânia até a próxima segunda-feira (9), o Dia da Vitória -no caso, dos soviéticos sobre os nazistas, em 1945.

“Nossas forças não vão basear suas atividades de forma artificial numa data específica, incluindo o Dia da Vitória. Nós vamos celebrar o 9 de maio solenemente, como

sempre”, afirmou.

Na realidade, nos círculos militares russos a data tem sido especulada como o dia do anúncio de uma mobilização geral para a guerra -até aqui, como “operação militar especial”, a ofensiva sofreu por falta de reservas, algo que pode ser resolvido se o conflito for declarado e escalado. Lavrov não foi questionado sobre o tema, que já foi objeto de relatos inclusive pelo governo do Reino Unido.

Igor Gielow/Folhapress



### Onda recorde de calor na Índia leva a apagões e férias antecipadas nas escolas



Consequência direta da emergência climática, a Índia registrou ao longo do mês de abril ondas de calor descritas como algumas das piores da história. Dados do Departamento Meteorológico indiano mostram que a temperatura máxima média observada no país foi de 35,3°C, a terceira maior desde 1901, quando a informação começou a ser coletada.

Ainda mais graves são as situações das partes noroeste e central do país, as mais afetadas pelo calor extremo. As médias máximas do mês passado -38°C e 36,3°C, respectivamente- foram as maiores dos últimos 122 anos para as regiões, segundo o departamento. O vizinho Paquistão

tem observado cenário semelhante.

Cientistas alertam que 1 bilhão da população de 1,38 bilhão de pessoas corre risco de ser afetada pelas ondas de calor, e as consequências vêm sendo sentidas no cotidiano, com recorde na demanda de eletricidade no país, alteração dos horários de serviços públicos e aumento da frequência de focos de incêndio.

Análise da agência Reuters com base em dados oficiais mostrou que a demanda de energia cresceu 13,2% no último mês, já que a necessidade de eletricidade, especialmente no norte, saltou entre 16% e 75%. A expectativa é de que o cenário se torne ainda mais desafiador, uma vez que os institutos preveem

temperaturas igualmente altas para maio, com picos de 40°C.

A capital, Nova Déli, por exemplo, registrou recorde de demanda de energia nesta segunda, quando 6,194 megawatts foram necessários, maior valor de todos os tempos para a primeira semana de maio. Em abril, a situação foi semelhante, quando a demanda de energia aumentou 42%, mostrou o levantamento da Reuters.

E o uso sem precedentes de eletricidade tem resultado em cortes generalizados de energia, uma vez que os estoques de carvão são os mais baixos para o período em pelo menos nove anos.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



## Para bancar obras fora do teto, Economia defende usar dinheiro de privatizações



O Ministério da Economia defende retirar do alcance do teto de gastos as obras públicas bancadas com recursos obtidos com a privatização de empresas estatais ou a venda de ações em poder da União.

O plano é permitir que, em eventual segundo mandato, o presidente Jair Bolsonaro (PL) amplie os investimentos, cada vez mais comprimidos devido ao crescimento das despesas obrigatórias no espaço dado pelo teto.

Estimativas preliminares do governo indicam que a previsão para investimentos no Orçamento de 2023 pode ficar na casa dos R\$ 30 bilhões. O número ainda pode sofrer alteração até o envio da proposta, no fim de agosto, mas é considerado muito baixo.

A contínua redução dos

investimentos tem incomodado o presidente, que busca a reeleição. Na última sexta-feira, ele acenou com uma mudança no teto para turbinar as obras no futuro. A alteração seria tratada após as eleições.

“No ano passado, nós tivemos um excesso de arrecadação, na casa dos R\$ 300 bilhões. Você não pode usar um centavo disso na infraestrutura dado a emenda constitucional do teto lá atrás. Isso daí muita gente discute que tem que ser alterado alguma coisa, a gente vai deixar para o futuro, depois das eleições, discutir essa questão”, disse na última semana Bolsonaro, em entrevista à Rádio Metrópole FM, de Cuiabá (MT).

De acordo com integrantes da Economia ouvidos pela reportagem após a fala do presidente, a ideia é vender estatais ou ações de empresas que estão na carteira de ban-

cos como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e direcionar os recursos para investimentos e para a redução de desigualdades econômicas do país.

Uma das vertentes é chamada de “reconstrução nacional”, que permitiria investir em obras públicas, como hidrelétricas, a partir dessas vendas.

De acordo com envolvidos nas discussões, apenas gastos não recorrentes seriam alvo da flexibilização e ficariam fora do teto. Isso porque, pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), recursos de privatizações não podem ser usados para pagar uma despesa corrente (como parcelas do novo Bolsa Família), exceto se o direcionamento for para custear benefícios previdenciários.

Fábio Pupo e Idiana Tomazelli/Folhapress

## Início da colheita de cana derruba preço do etanol nas usinas

O início da colheita de cana-de-açúcar começou a fazer efeito no mercado e derrubou os preços do etanol nas usinas de São Paulo na última semana. A queda já começa a chegar aos postos, segundo a Fecomastíveis (Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes).

De acordo com o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) da Esalq/USP, o preço do etanol hidratado nas usinas de São Paulo caiu 8,95% na semana passada, para R\$ 3,4965 por litro, o menor valor desde o fim de março.

Já o preço do etanol anidro, que é misturado à gasolina, caiu 3,86%, para R\$ 4,0663 por litro, o mais baixo

desde a primeira semana de abril.

O recuo interrompe um ciclo de alta provocado pela maior procura do combustível como alternativa à gasolina no fim da entressafra, o que provocou baixa nos estoques, segundo a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

As chuvas em abril também atrasaram o início da colheita, o que ajudou a pressionar os preços, diz o Cepea em seu último boletim quinzenal de avaliação do mercado, publicado no dia 20 de abril.

“Embora o preço do etanol anidro nos postos estivesse acima dos R\$ 5 por litro nos postos, as distribuidoras precisaram comprar mais etanol na primeira metade de abril”, diz o texto.

Nicola Pamplona/Folhapress



## Lojas fazem malabarismo para segurar preço no Dia das Mães



O Dia das Mães já não é mais o mesmo. De segunda data mais importante para o varejo nacional, só depois do Natal, a efeméride perdeu a vice-liderança nos últimos anos para a Black Friday, em novembro.

Isso não significa que os filhos, de maneira geral, estejam negligenciando a data, mas eles têm se mostrado menos animados a gastar muito. Aliado a esse comportamento, está a atual inflação em dois dígitos: dado mais recente do IPCA-15 mostrou uma alta acumulada de 12,03% em 12 meses, a maior desde novembro de 2003.

Daí o “malabarismo” de alguns varejistas e indústrias para tentar manter na comemoração deste ano o mesmo “preço de entrada” do ano

passado: as opções mais baratas de presentes começam no mesmo patamar.

São os casos das bijuterias e acessórios Morana (R\$ 39,90), da perfumaria L’Occitane (R\$ 39,90) e da varejista de moda C&A (jeans a R\$ 89,90). Para isso, vale diminuir um pouco a margem de lucro, renegociar insumos com fornecedores e até buscar matéria-prima na China.

“Tivemos um aumento dos custos com matéria-prima, logística e frete no último ano. Mas nosso negócio é oferecer moda a preços competitivos”, diz o vice-presidente de vendas da C&A, Francislei Donatti. Segundo ele, a empresa foi atrás de tecelagens para uma negociação direta, a fim de trazer tecidos de fornecedores asiáticos para abastecer as con-

fecções parceiras da marca no Brasil.

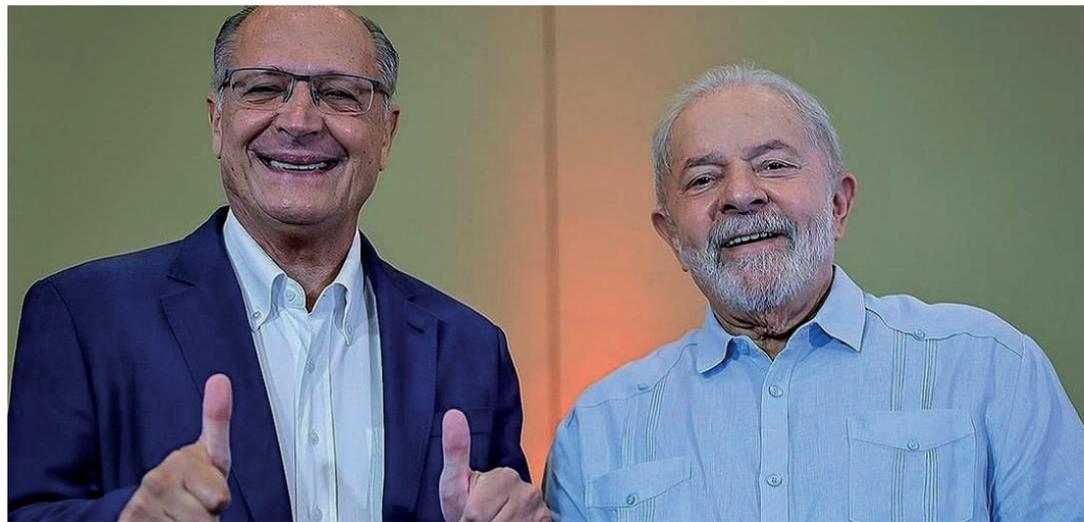
“Com isso, conseguimos adaptar nossos custos para este novo cenário e pudemos colocar jeans à venda, por exemplo, ao preço final de R\$ 89,90, o mesmo do ano passado”, afirma. O mesmo tipo de negociação envolveu malharias, o que permitiu este ano a oferta de blusas a partir de R\$ 20.

“Filho quer preço baixo, mas também olha relação custo-benefício” Segundo Donatti, apesar a preocupação de manter preços competitivos, a varejista tem observado uma procura por produtos com melhor relação custo-benefício - e não necessariamente os mais baratos.

Daniele Madureira/Folhapress

## Política

### Lula traça plano para Alckmin viajar país e atenuar resistência do agro ao petista



Potencial vice na chapa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) acompanhará o petista nas viagens durante os dois primeiros meses da campanha, a partir da oficialização da candidatura no sábado (7).

A convite de Lula, Alckmin deverá integrar as comitivas a Minas, onde passarão por Belo Horizonte, Contagem e Juiz de Fora. No fim de maio, os dois viajarão para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Pelo roteiro, a dupla viajará ao Norte no início de junho. O plano de viagens tem a intenção de apresentar a chapa ao eleitor.

A partir de agosto, Alckmin deverá também cumprir um roteiro próprio em regiões onde o PT sofre forte resistência, a começar pelo

interior de São Paulo.

Ele também deverá acompanhar Lula em quatro viagens no estado.

Em São Paulo, a atuação de Alckmin em favor da candidatura de Fernando Haddad depende ainda da definição do PSB sobre o destino político de Márcio França. Ex-governador de São Paulo, França insiste em concorrer ao Palácio dos Bandeirantes, o que limitaria a ação de Alckmin.

Colaboradores de Lula definem como o ideal o lançamento de uma candidatura única, unindo PT ao PSB. Tida como remota, essa aliança permitiria maior desenvoltura a Alckmin em suas andanças pelo estado.

O ex-tucano disse que o contato com o eleitor é a melhor parte da disputa eleitoral. “Essa é a lógica da campanha. Depois que você se elege, as pessoas se inibem um

pouco”, disse Alckmin, afirmando que, nas ruas, “você sente melhor as pessoas, elas se abrem mais, falam mais”.

Questionado se viajaria ao lado de Lula ou separadamente, Alckmin disse que as duas coisas. “Em alguns lugares ir junto e a maioria, sozinho.”

Três vezes governador de São Paulo, Alckmin deverá centrar esforços na área de vocação agrícola.

Além do interior de São Paulo, a aposta é que o ex-governador ajude a dissipar resistência junto a setores da economia, como agronegócio e saúde.

Com assento reservado na coordenação de campanha de Lula, o ex-governador do Piauí Wellington Dias afirma que Alckmin “tem um elo bom com os médicos, setor da saúde, e agronegócio também”.

Catia Seabra/Folhapress

### É bom DiCaprio ficar de boca fechada, diz Bolsonaro após fala do ator sobre eleição

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse para o ator Leonardo DiCaprio, crítico ao seu governo, “ficar de boca fechada”.

Ele já havia tentado polemizar com DiCaprio no Twitter, respondendo ironicamente a uma publicação do ator incentivando brasileiros a tirarem o título de eleitor.

A provocação em rede social repete estratégia de Bolsonaro feita com Anitta no mês passado, quando o chefe do Executivo respondeu a uma publicação da cantora e foi bloqueado por ela, que é declaradamente crítica ao seu governo.

O ator entrou na campanha nas redes sociais para incentivar jovens brasileiros a tirar o título de eleitor, cujo prazo se encerra nesta quarta-feira (4). Na terça, ele chegou a escrever em português no Twitter.

“O DiCaprio tem que saber que a própria presidente da OMC falou que, sem o agronegócio brasileiro, o mundo passa fome. Então, é bom o DiCaprio ficar de boca fechada aí ao invés de ficar falando besteira por aí”, afirmou Bolsonaro a apoiadores no cercadinho do Palácio da Alvorada.

Bolsonaro lembrou que DiCaprio havia compartilhado, em 2019, uma fotografia desatualizada para falar sobre queimadas na Amazônia. À época, os dois tiveram embate público e Bolsonaro acusou-o de financiar queimadas criminosas no Brasil, o que o ator rechaçou.

A política ambiental do governo Bolsonaro é criticada por ambientalistas pelo aumento no desmatamento e nas queimadas.

Marianna Holanda, Mateus Vargas/Folhapress



Folhapress

### Moraes dá 15 dias para PF fazer relatório sobre suposta ação de Bolsonaro



O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes determinou o prazo de 15 dias para que a Polícia Federal elabore um relatório “minucioso” sobre o material obtido com a quebra de sigilo que investiga o suposto vazamento de documentos sigilosos feito pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), relacionados a uma investigação da PF, em agosto de 2021.

O inquérito sigiloso divulgado por Bolsonaro nas redes sociais foi aberto pela PF dez dias após o segundo turno das eleições de 2018, para apurar uma denúncia de invasão do sistema interno do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A investigação foi solicitada pelo próprio tribu-

nal, e nunca foram encontrados indícios de que o ataque tenha afetado o resultado das eleições daquele ano.

A investigação contra o presidente também foi pedida pelo TSE, que entendeu que, ao divulgar a cópia do inquérito, Bolsonaro pode ter infringido o artigo 153 do Código Penal, que proíbe a “divulgação, sem justa causa, de informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública”. A pena prevista é de um a quatro anos de prisão.

A decisão de Moraes ocorre cerca de dois meses depois de o procurador-geral da República, Augusto Aras, pedir ao STF o arquivamen-

to do inquérito com base na “atipicidade das condutas investigadas”.

Pouco antes, a delegada da PF Denisse Dias Rosas decidiu encerrar o inquérito e apontou crimes do presidente em seu parecer encaminhado à PGR.

“Todo mundo já copiou”

Em agosto do ano passado, Bolsonaro defendeu a divulgação dos dados sigilosos do inquérito da Polícia Federal. Para o presidente, as informações contidas na investigação interessam “a todos nós”, e apagá-las agora, como determinou à época o ministro Alexandre de Moraes, não surtiria efeito, uma vez que “todo mundo já copiou”.

## IG4: o salto da gestora brasileira para US\$ 3 bilhões com novos fundos



A IG4, gestora de private equity fundada pelo ex-GP Investimentos e ex-BNDES Paulo Mattos, caminha para ser uma casa de US\$ 3 bilhões em ativos sob gestão. Há grandes planos em andamento. Não é ideia, nem meta, apenas. Criada no Brasil e com atuação internacional, a IG4 já está com tudo em andamento para alcançar essa cifra ao fim de 2023: formação de lideranças, novos produtos, captações e, claro, alvos. O volume significa bem mais do que dobrar de tamanho em relação aos US\$ 1,2 bilhão que têm hoje sob seus cuidados — e já investidos.

As oportunidades são os frutos de seis anos de trabalho. A gestora começou a ser estruturada em 2016, mas o primeiro investimento ocor-

reu no ano seguinte, com a CAB Ambiental, que deu origem ao que hoje é a Iguá Saneamento, uma das vencedoras do leilão da Cedae.

Hoje, com dois fundos alocados, a IG4 está à frente de cinco companhias: além da Iguá, estão no portfólio a maior empresa de infraestrutura do Peru, com concessões de rodovias, metrô e uma construtora, a Aenza (antiga Graña Y Montero); a administradora de hospitais Opy Health; o terminal de grãos do Maranhão, o Tegram ou CLI, e ainda a maior empresa de logística para supermercados do Chile, a Adelco.

No total, os ativos IG4 têm uma receita anual da ordem de US\$ 1,8 bilhão, reúnem mais de 20 mil colaboradores e atendem a 15 milhões de clientes, considerando os milhões de consumidores na

rede da Iguá, além dos milhões que utilizam o metrô de Lima diariamente ou trafegam pelas concessões rodoviárias do Peru, por exemplo. Esse número não considera a população que será atendida com a vitória no Bloco 2 da Cedae.

Apesar de o salto que está em construção ser significativo, Mattos enfatiza, em entrevista exclusiva ao EXAME IN, que o foco da casa não é volume de capital sob gestão, a tal sigla AUM (assets under managements), mas performance. “Nosso modelo não é de geração de receita com management fee”, diz Mattos, explicando que os principais ganhos da casa são de participação no resultado gerado para seus investidores.

Binews

## Mercados se comportaram como cassino nos últimos anos, dispara Warren Buffett



Depois de três anos desde a última vez em que se encontraram presencialmente com os acionistas, Warren Buffett e Charles Munger ficaram, novamente, diante de dezenas de milhares de pessoas que participam do encontro anual da Berkshire Hathaway neste sábado (30). Por conta do tamanho do público que acompanha a conferência em Omaha, Nebraska, o evento ficou conhecido como o “Woodstock do capitalismo”.

Buffett iniciou os trabalhos apresentando os resultados trimestrais da Berkshire Hathaway, divulgados antes do início da conferência. A holding reportou uma queda de 53% no lucro líquido do 1º trimestre, para US\$ 5,46 bilhões. Mas Buffett prefere destacar o lucro operacional,

## Um quinto das empresas em El Salvador agora aceita Bitcoin, diz estudo

Meses após o bitcoin (BTC) se tornar moeda legal em El Salvador, um estudo realizado pelo Escritório Nacional de Pesquisa Econômica (NBER) mostra que 20% das empresas começaram a aceitar o BTC como método de pagamento.

O estudo, entrevistando adultos de 1.800 famílias em El Salvador, teve como objetivo medir a adoção do BTC no país após a aprovação da Lei do bitcoin. Os pesquisadores descobriram que o BTC está ganhando terreno em comparação com outros métodos de pagamento.

De acordo com o relatório, os usuários que baixaram

a Chivo Wallet, apoiada pelo governo, “diminuíram o uso de dinheiro em 10%, enquanto o uso líquido de cartões de débito foi reduzido em 11%”.

Além disso, como a Lei do bitcoin em El Salvador exige que os agentes econômicos aceitem o BTC, o estudo também questionou os participantes da pesquisa que se identificaram como proprietários de empresas e funcionários familiarizados com os métodos de pagamento da empresa.

Dentro desse grupo demográfico, 20% afirmaram que sua empresa ou local de trabalho aceita BTC, enquanto apenas 25% aceitam cartões de crédito e débito. Binews



de US\$ 7 bilhões, que ficou praticamente estável em relação a um ano antes, e disse que “não houve surpresas em relação aos resultados”.

O primeiro trimestre da gestora foi marcada por um grande volume de compra de ações no mercado americano, de US\$ 51,1 bilhões. O pico de compras aconteceu entre os dias 21 de fevereiro e 15 de março, período em que a Berkshire desembolsou US\$ 41,025 bilhões. Depois disso, segundo Buffett, o mercado ficou “letárgico”. Em abril, a empresa não comprou ações.

O lendário investidor também disse que a Berkshire Hathaway sempre terá muito caixa, para aproveitar oportunidades quando surgirem.

“Sempre teremos muito caixa. É como oxigênio, está lá o tempo todo, mas se de-

saparecer por alguns minutos, está tudo acabado”, disse Buffett.

A holding também terminou o trimestre com um estoque de caixa de US\$ 106,3 bilhões.

Ao responder as perguntas dos acionistas, soltou uma crítica: afirmou que, nos últimos dois anos, os mercados se comportaram como um cassino ou casas de apostas, com o estímulo de Wall Street.

“A Berkshire Hathaway conseguiu comprar 14% da Occidental Petroleum em duas semanas no mercado aberto. Pense como isso é absurdo. Muitas pessoas estavam tratando o mercado como um cassino”, disse.

Binews

## Tecnologia

### WhatsApp: cliente poderá usar aplicativo para cancelar serviços



Mudanças feitas pelo governo federal nas regras dos serviços de atendimento ao consumidor (SAC) determinam que as empresas disponibilizem a possibilidade de cancelamento dos seus serviços pelo mesmo canal de atendimento no qual foram contratados, inclusive em aplicativos de mensagens. Isso significa que, na prática, serviços contratados por WhatsApp, por exemplo, possam ser cancelados por essa plataforma.

Publicado no Diário Oficial, um novo decreto determina que, a partir de outubro deste ano, qualquer tipo de empresa que ofereça serviços regulamentados pelo poder público ofereça, em seus ca-

nais de SAC, uma opção para cancelar serviços no canal em que foram contratados. Isso vale para qualquer tipo de serviço, como planos de saúde; distribuição de água, luz, bancos; passagens aéreas, telefonia e até streaming.

Entre as mudanças introduzidas no SAC pelo governo federal, o cancelamento de serviços via aplicativo de mensagens é uma das principais. A intenção do decreto é diversificar os canais de suporte ao consumidor, hoje restritos ao atendimento telefônico, de forma a incentivar o uso da internet.

No caso do acompanhamento através de aplicativos de mensagens, a nova ordem executiva estabelece que o atendimento à solicitação

deve ser resolvido no prazo de sete dias corridos, contados a partir da data do registro feito pelo cliente, com prestação de informações ao consumidor sobre o tratamento da sua demanda.

Além de determinar que a resposta ao consumidor seja clara, objetiva, conclusiva e abrangente, o novo decreto manda que o acesso aos serviços esteja disponível durante 24 horas, nos sete dias da semana. Mas isso não significa o fim do atendimento telefônico, que permanece obrigatório, operando por, no mínimo, oito horas diárias, preservando a opção de contato entre o consumidor e um atendente humano.

Jorge Marin/TecMundo

### Shopee é líder entre apps de comércio mobile no Brasil

A plataforma chinesa Shopee é a nova líder no setor de comércio eletrônico móvel do Brasil. Esse é o resultado de uma nova pesquisa Panorama Mobile Time/Opinion Box sobre pagamentos móveis e o chamado m-commerce, que leva em conta o acesso em smartphones e tablets.

A Shopee foi citada por 21% dos entrevistados como o principal aplicativo utilizado para compras em qualquer segmento. Atrás dele estão iFood (15%), Mercado Livre (14%) e Americanas (9%). Plataformas com menos de 3% não foram citadas nominalmente na tabela abaixo, que só lista as principais colocadas.

Ainda de acordo com o

estudo, a Shopee é preferida pelo público feminino e jovem, abaixo dos 30 anos, tendo ainda maior popularidade entre classes C, D e E do que nas demais.

Responsável por delivery de alimentos e compras de mercado, o iFood foi o mais citado por membros das classes A e B, enquanto plataformas com mais tempo de atuação, como Americanas e Mercado Livre, lideraram nas maiores faixas etárias.

A atual edição da Panorama Mobile Time/Opinion Box teve uma mudança importante de metodologia: antes, o entrevistado citava três aplicativos que utilizava. Agora, apenas um único é indicado, sendo o favorito ou mais usado para compras online.

Nilton Kleina/TecMundo



Jorge Marin/TecMundo

### Apple processa startup e ex-funcionários por roubar informações



Apple deu início a um processo judicial contra a startup Rivos, classificada como “furtiva” — que não compartilha informações aprofundadas para evitar criar expectativas em investidores e possíveis clientes. A empresa estaria roubando segredos comerciais obtidos por ex-funcionários da Apple, que se tornaram réus do caso.

Segundo o comunicado, a startup teria contratado mais de 40 de ex-funcionários da Apple e iniciado uma “campanha coordenada” para alcançar funcionários que possuíam acesso a informações secretas do desenvolvimento de chips. Os ex-colaboradores da Maçã teriam copiado dados sigilosos de dispositi-

vos corporativos logo antes de deixarem a companhia.

Dentre outros ex-funcionários, o destaque vai para Bhasi Kaithamana e Wen Shih-Chieh. A Apple anunciou que já havia entrado em contato com a Rivos sobre as obrigações de confidencialidade dos antigos colaboradores, mas a startup nunca respondeu.

“Entre 26 de julho de 2021 e 29 de julho de 2021, o Sr. Wen transferiu cerca de 390 gigabytes de seu computador da Apple para um disco rígido externo pessoal. Entre os dados transferidos estão documentos confidenciais da Apple que descrevem segredos comerciais da Apple, incluindo aspectos da microarquitetura dos SoCs anterior-

res, atuais e não lançados da Apple”, diz o texto do processo.

Dados sobre os processadores (tanto os lançados, quanto os ainda em desenvolvimento) foram compartilhados através de HDs e pelo AirDrop. Segundo o AppleInsider, a empresa ainda afirma que os acusados consultaram despesas com advogados e realizaram pesquisas sobre multas ou processos que poderiam sofrer.

A Apple pede uma liminar contra os ex-funcionários, que eles devolvam a propriedade roubada, além de uma indenização para a Rivos — de forma que a startup seja impedida de utilizar as informações que obteve de maneira irregular.

Giovana Pignati/TecMundo

## Publicidade Legal

## Lavoro Agro Holding S.A.

CNPJ/MF nº 27.490.581/0001-43

Balancos Patrimoniais em 30 de Junho de 2020 (Em reais)		Demonstração do Resultado do exercício em 30 de Junho de 2020 - Período de 6 meses (Em Reais)	
Ativos	30/06/2020	Passivos	30/06/2020
Ativo circulante	19.087.285,00	Passivo circulante	28.540.250,94
Caixa e equivalentes de caixa	2.154.783,22	Salários e encargos sociais	6.602.507,62
Contas a receber	11.809.174,88	Impostos a recolher	81.807,01
Adiantamento a fornecedores	76.802,81	Obrigações de arrendamento	4.889,88
Outros	4.212.627,51	Outros passivos	21.851.046,43
Impostos a recuperar	833.896,58	Passivo não circulante	26.801.737,57
Ativo não circulante	700.351.218,35	Obrigações de arrendamento	566.003,63
Investimentos permanentes	688.683.643,34	Contas a pagar por aquisição de empresas	17.730.128,63
Ativo imobilizado	151.533,93	Outros passivos	8.505.605,31
Ativo intangível	2.304.309,80	Total do passivo	55.341.988,51
Direitos de uso	557.931,06	Patrimônio líquido	664.096.514,84
Impostos diferidos	8.653.800,22	Capital social integralizado	603.012.931,00
Ativo total	719.438.503,35	Adiantamento para futuro aumento de capital	210.571.651,00
		Outros resultados abrangentes	(14.975.038,59)
		Prejuízos acumulados	(134.513.028,57)
		Total passivo e patrimônio líquido	719.438.503,35

**Notas Explicativas**

1. **Contexto Operacional:** A Lavoro Agro Holding S.A. é uma sociedade anônima com sede em São Paulo cujo objeto social é a participação em outras entidades. O Grupo opera no segmento de distribuição de insumo agrícolas no território nacional. 2. **Política contábil:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), aprovadas pelo Conselho Federal

## Crop Care Holding S.A.

CNPJ/MF nº 30.274.753/0001-56

Balancos Patrimoniais em 30 de Junho de 2020 (Em reais)		Demonstração do resultado do exercício em 30 de Junho de 2020 - Período de 6 meses (Em Reais)	
Ativos	30/06/2020	Passivos	30/06/2020
Ativo circulante	3.737.623,62	Passivo circulante	3.636.493,83
Caixa e equivalentes de caixa	3.601.198,67	Salários e encargos sociais	3.499.627,67
Adiantamento a fornecedores	52.553,35	Impostos a recolher	2.449,54
Outros	12.436,20	Contas a pagar	39.547,58
Impostos a recuperar	71.435,40	Obrigações de arrendamento	94.869,04
Ativo não circulante	767.738,83	Passivo não circulante	592.274,58
Investimentos permanentes	(8.537,78)	Obrigações de arrendamento	592.274,58
Ativo imobilizado	142.400,91	Total do passivo	4.228.768,41
Ativo intangível	4.842,88	Patrimônio líquido	276.594,04
Direitos de uso	629.032,82	Capital social integralizado	23.292.500,00
Ativo total	4.505.362,45	Prejuízos acumulados	(23.015.905,96)
		Total passivo e patrimônio líquido	4.505.362,45

**Notas Explicativas:** 1. **Contexto Operacional:** A Crop Care Holding S.A. é uma sociedade anônima com sede em São Paulo cujo objeto social é a participação em outras entidades. O Grupo opera no segmento de distribuição de insumo agrícolas no território nacional. 2. **Política contábil:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. 3. **Investimentos:** Representados pelos investimentos permanentes nas controladas Araci Administração de Bens S.A., Perterra Insumos Agropecuários S.A. e Agrobiológica Sustentabilidade S.A., somados aos ágios e mais valias decorrentes dessas aquisições. 4. **Capital social**

## Crop Care Holding S.A.

CNPJ/MF nº 30.274.753/0001-56

Balancos Patrimoniais em 30 de Junho de 2021 (Em reais)		Demonstração do resultado do exercício em 30 de Junho de 2021 - Período de 12 meses (Em Reais)	
Ativos	30/06/2021	Passivos	30/06/2021
Ativo circulante	13.284.331,87	Passivo circulante	23.851.891,35
Caixa e equivalentes de caixa	10.320.470,46	Salários e encargos sociais	3.826.290,10
Adiantamento a fornecedores	421,16	Impostos a recolher	3.598,31
Outros	2.872.095,66	Contas a pagar	83.214,90
Impostos a recuperar	91.344,59	Outros passivos	19.938.788,04
Ativo não circulante	98.343.410,98	Passivo não circulante	23.851.891,35
Investimentos permanentes	97.485.512,54	Patrimônio líquido	87.775.851,50
Ativo imobilizado	236.865,34	Capital social integralizado	87.298.133,00
Ativo intangível	64.713,39	Adiantamento para futuro aumento de capital	46.300.000,00
Direitos de uso	556.319,71	Prejuízos acumulados	(45.822.281,50)
Ativo total	111.627.742,85	Total passivo e patrimônio líquido	111.627.742,85

**Notas Explicativas:** 1. **Contexto Operacional:** A Crop Care Holding S.A. é uma sociedade anônima com sede em São Paulo cujo objeto social é a participação em outras entidades. O Grupo opera no segmento de distribuição de insumo agrícolas no território nacional. 2. **Política contábil:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. 3. **Investimentos:** Representados pelos investimentos permanentes nas controladas Araci Administração de Bens S.A., Perterra Insumos Agropecuários S.A. e Agrobiológica Sustentabilidade S.A., somados aos ágios e mais valias decorrentes dessas aquisições. 4. **Capital social**

## Lavoro Agro Holding S.A.

CNPJ/MF nº 27.490.581/0001-43

Balancos Patrimoniais em 30 de Junho de 2021 (Em reais)		Demonstração do Resultado do exercício em 30 de Junho de 2021 - Período de 12 meses (Em Reais)	
Ativos	30/06/2021	Passivos	30/06/2021
Ativo circulante	31.132.195,00	Passivo circulante	36.453.918,00
Caixa e equivalentes de caixa	1.813.667,00	Salários e encargos sociais	12.516.458,00
Contas a receber	23.187.640,00	Impostos a recolher	462.909,00
Adiantamento a fornecedores	155.925,00	Contas a pagar	116.075,00
Outros	5.059.818,00	Obrigações de arrendamento	275.058,00
Impostos a recuperar	915.145,00	Outros passivos	23.083.418,00
Ativo não circulante	1.108.955.595,00	Passivo não circulante	13.970.957,00
Investimentos permanentes	1.087.652.799,00	Contas a pagar por aquisição de empresas	3.175.807,00
Ativo imobilizado	143.884,00	Outros passivos	10.795.150,00
Ativo intangível	20.690.614,00	Total do passivo	50.424.875,00
Direitos de uso	239.113,00	Patrimônio líquido	1.089.662.915,00
Impostos diferidos	229.185,00	Capital social integralizado	1.330.457.838,00
Ativo total	1.140.087.790,00	Outros resultados abrangentes	(80.583.218,00)
		Prejuízos acumulados	(160.211.705,00)
		Total passivo e patrimônio líquido	1.140.087.790,00

**Notas Explicativas**

1. **Contexto Operacional:** A Lavoro Agro Holding S.A. é uma sociedade anônima com sede em São Paulo cujo objeto social é a participação em outras entidades. O Grupo opera no segmento de distribuição de insumo agrícolas no território nacional. 2. **Política contábil:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), aprovadas pelo Conselho Federal de

## Centro Saneamento e Serviços Avançados S.A.

CNPJ/MF 61.603.387/0001-65 - NIRE 35.300.508.203

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas, como também os Srs. Diretor Presidente, Diretor Financeiro e os Membros do Conselho de Administração, como convidados, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ocorrer no escritório da Companhia localizado na Cidade de Barueri-SP, na Rua Surubijú, nº 1.770, Alphaville, às 15:00 hs. do dia 11/05/2022, a fim de tratar da seguinte Ordem do Dia: (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021 e apreciação do respectivo relatório de auditoria; (ii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido correspondente ao exercício social encerrado em 31/12/2021 e distribuição de resultados; e (iii) apresentação dos resultados da Companhia relativos ao 1º Trimestre do ano fiscal 2022. Os documentos encontram-se na sede para consulta. São Paulo, 03/05/2022. **Philippe M. Mari** - Presidente do Conselho de Administração. (04, 05 e 06/05/2022)

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

## Wealth High Governance Holding de Participações S.A.

CNPJ/ME nº 35.714.239/0001-08 - NIRE 35.300.545.737

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2022

1. **Data, hora e local:** Realizada no dia 30 de abril de 2022, às 10:00 horas, na sede da Wealth High Governance Holding de Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 7º andar, cj 72, Parte, Jardim Paulista, CEP 01453-000. 2. **Convocação e Presença:** Tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes da Lista de Presença (Anexo I), foram dispensadas as formalidades de convocação, na forma do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15.12.76 e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."). 3. **Publicações:** O Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram publicados no dia 28 de abril de 2022, via Central de Balancos, conforme Portaria nº 12.071 do Ministério da Economia, de 07 de outubro de 2021. 4. **Mesa:** Assumiu a Presidência da Mesa o Sr. Marco Aurélio Abrahão, que convidou o Sr. Eric Vestino Cardozo para atuar como Secretário. 5. **Ordem do Dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária, deliberar sobre:** a) Ratificação da publicação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras de forma eletrônica, por meio da Central de Balancos, conforme previsto pela Portaria nº 12.071 do Ministério da Economia, de 07 de outubro de 2021; e b) Apreciação, exame, discussão e votação das contas dos administradores e demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração; e c) Apreciação da proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre:** a) Projeto de reestruturação da remuneração total dos sócios das Sociedades Operacionais, conforme definido no Acordo de Acionistas da Companhia, sem redução do valor nominal global; b) Renegociação de contratos de prestação de serviços; c) Aprovação dos contratos de *soft dollar* para os terminais Bloomberg; d) A elaboração de uma política de dividendos no âmbito das Sociedades Operacionais, respeitadas as disposições previstas no Acordo de Acionistas da Companhia para a distribuição de lucro líquido, a qual será realizada conforme produtividade e avaliações internas. 6. **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, aprovando por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** d) A ratificação da publicação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras de forma eletrônica, por meio da Central de Balancos, conforme previsto pela Portaria nº 12.071 do Ministério da Economia, de 07 de outubro de 2021; e) Foram examinadas, discutidas e aprovadas as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e f) A ratificação da inexistência de lucro da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, de modo que não há destinação do resultado. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** a) O projeto de reestruturação da remuneração total dos sócios das Sociedades Operacionais, conforme definido no Acordo de Acionistas da Companhia, sem redução do valor nominal global. b) A renegociação de contratos de prestação de serviços; c) Aprovação dos contratos de *soft dollar* para os terminais Bloomberg; d) A elaboração de uma política de dividendos no âmbito das Sociedades Operacionais, respeitadas as disposições previstas no Acordo de Acionistas da Companhia para a distribuição de lucro líquido, a qual será realizada conforme produtividade e avaliações internas. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. A presente ata foi lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do Art. 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A., que foi aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes. 8. **Assinaturas:** Mesa: Sr. Marco Aurélio Abrahão - Presidente; e Sr. Eric Vestino Cardozo - Secretário. Acionistas Presentes: Wealth High Governance Partners S.A., e XP Investimentos S.A. **Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.** São Paulo, 30 de abril de 2022. Marco Aurélio Abrahão - Presidente; Eric Vestino Cardozo - Secretário.

## Wealth High Governance Partners S/A.

CNPJ/ME nº 35.932.345/0001-68 - NIRE 35.235.797.501

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2022

1. **Data, hora e local:** Realizada no dia 30 de abril de 2022, às 10:00 horas, na sede da Wealth High Governance Partners S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 7º andar, cj 72, Parte, Jardim Paulista, CEP 01453-000. 2. **Convocação e Presença:** Tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes da Lista de Presença (Anexo I), foram dispensadas as formalidades de convocação, na forma do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15.12.76 e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."). 3. **Publicações:** O Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram publicados no dia 28 de abril de 2022, via Central de Balancos, conforme Portaria nº 12.071 do Ministério da Economia, de 07 de outubro de 2021. 4. **Mesa:** Assumiu a Presidência da Mesa o Sr. Marco Aurélio Abrahão, que convidou o Sr. Eric Vestino Cardozo para atuar como Secretário. 5. **Ordem do Dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária, deliberar sobre:** a) Ratificação da publicação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras de forma eletrônica, por meio da Central de Balancos, conforme previsto pela Portaria nº 12.071 do Ministério da Economia, de 07 de outubro de 2021; b) Apreciação, exame, discussão e votação das contas dos administradores e demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração; e c) Apreciação da proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre:** a) A formalização do ingresso dos acionistas por meio da assinatura de termo de adesão ao Acordo de Acionistas da Companhia; b) A constituição de comitês executivos compostos e/ou presididos pelos acionistas, de modo a expandir a efetiva participação e contribuição dos mesmos para o desenvolvimento da Companhia; c) Oportunidade de ingresso de funcionários ao quadro de acionistas da Companhia por meio de carta convite; e d) Adequação do prazo da Opção de Compra de Ações da Companhia, nos termos do Acordo de Acionistas, de modo que a Companhia não figure como contraparte central de liquidação financeira operação. 6. **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, aprovando por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** a) A ratificação da publicação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras de forma eletrônica, por meio da Central de Balancos, conforme previsto pela Portaria nº 12.071 do Ministério da Economia, de 07 de outubro de 2021; b) Foram examinadas, discutidas e aprovadas as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e c) A ratificação da inexistência de lucro da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, de modo que não há destinação do resultado. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** a) A formalização do ingresso dos acionistas por meio da assinatura de termo de adesão ao Acordo de Acionistas da Companhia; b) A constituição de comitês executivos compostos e/ou presididos pelos acionistas, de modo a expandir a efetiva participação e contribuição dos mesmos para o desenvolvimento da Companhia; c) Oportunidade de ingresso de funcionários ao quadro de acionistas da Companhia por meio de carta convite; e d) Adequação do prazo da Opção de Compra de Ações da Companhia, nos termos do Acordo de Acionistas, de modo que a Companhia não figure como contraparte central de liquidação financeira operação. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. A presente ata foi lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do Art. 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A., que foi aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes. 8. **Assinaturas:** Mesa: Sr. Marco Aurélio Abrahão - Presidente; e Sr. Eric Vestino Cardozo - Secretário. Acionistas Presentes: Marco Abrahão, Fabio Guilger, Alessandro Boscolo, Gustavo Azevedo, Andrew Reider, Bruno Diniz, Eric Cardozo, Pedro Camargo, Tony Volpon, Antonio Moraes, Suzana Scuracchio, Fernando Fenolio, Andre Mitidieri, Daniel Gewehr, Limerci Cavariani, Fabiana Bozzano, Mario Janes, Gustavo Campanha, Leandro Simidomare, Marcello Pilar, Fernanda Feres, Vivian Duran, Vitor Paulino, Rafael Gaspar, Mayra Pádua, Marcio Rocha, Guilherme Novello, Helena Lunardelli, Rafael Andery, Alexander Rocha, Renato Netto, Rodrigo Moraes, André Fontes, Júlio Campanha e Rodrigo Daumichen. **Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.** São Paulo, 30 de abril de 2022. Marco Aurélio Abrahão - Presidente; Eric Vestino Cardozo - Secretário.

## Fortec S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/ME nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Srs. acionistas da FORTEC S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS convocados a se reunirem em 10 de junho de 2022, às 14 horas, na Rua Cel. José Rufino Freire, 453, São Paulo/SP (sede social), para a realização da Assembleia Geral Ordinária, com a finalidade de examinar, discutir e deliberar sobre as contas e o balanço da companhia relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021. Thales Lobo Peçanha - Diretor Presidente. (30/04, 03 e 04/05/2022)

## Fortec S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/ME nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam os Srs. acionistas da FORTEC S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS convocados a se reunirem em 13 de maio de 2022, às 14 horas, na Rua Cel. José Rufino Freire, 453, São Paulo/SP (sede social), para a realização da Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar acerca das seguintes matérias: (i) a alteração do estatuto social para estabelecer o quórum de maioria para a transformação do tipo jurídico da Fortec e ajustar o CEP do endereço da sede social; (ii) a nomeação da Diretoria; e (iii) novas regras de convocação e publicação. Thales Lobo Peçanha - Diretor Presidente. (30/04, 03 e 04/05/2022)



## LINX S/A

CNPJ/MF nº 06.948.968/0001-75

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Senhores Acionistas,

A Administração da Linx S.A. ("Linx", "Companhia") submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 ("4º trimestre de 2021", "4T21") comparativamente a 31 de dezembro de 2020 ("4º trimestre de 2020", "4T20"). A Linx, presente no mercado há 35 anos, é líder em tecnologias para o varejo, utilizando a nuvem, big data, inteligência artificial, entre outras inovações, para criar um amplo portfólio de soluções transacionais e de performance, que incluem softwares de gestão (POS - "point of sale" e ERP - "enterprise resource planning"); SaaS ("software as a service") com destaque para Digital (OMS e e-commerce); TEF e QR Code; cross selling (NFC e conectividade), entre muitas outras.

**Mensagem da Administração:** O ano de 2021 seguiu desafiador para o Brasil. Novas variantes do Coronavírus foram detectadas, o número de infecções subiu rapidamente ao longo do primeiro semestre do ano e os sistemas de saúde de várias cidades entraram em colapso. Infelizmente, o número de mortos cresceu de forma exponencial e medidas restritivas mais rígidas voltaram a ser implementadas em todo o território nacional em momentos diferentes e de acordo com a situação de cada cidade ou região. Porém, também tivemos o início do período

de vacinação contra o COVID-19 para a população brasileira, com cerca de 80% da população vacinada com ao menos a primeira dose em 31 de dezembro de 2021. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, o volume de vendas no comércio varejista ampliou uma expansão de 4,5% no acumulado dos doze meses de 2021 em relação a 2020, invertendo a tendência registrada em 2020 frente a 2019, comparativo no qual tivemos uma queda de 1,4%. A plataforma de soluções da Linx seguiu fortalecida como uma das principais alternativas para os varejistas continuarem operando com segurança, viabilizando a continuidade e até mesmo a expansão dos seus negócios durante os momentos mais adversos, considerando também a oferta de soluções integradas para o e-commerce. Ainda, a Linx seguiu sem registrar impactos materiais no churn, em função do perfil diferenciado da sua base de clientes, além da baixa representatividade das mensalidades cobradas sobre o faturamento dos varejistas. Como puderam acompanhar, em 19 de março de 2021, a Superintendência Geral do CADE emitiu parecer técnico favorável à aprovação, sem restrições, da combinação de negócios entre Linx e StoneCo. Porém, tal Parecer foi objeto de recurso e, em 16 de junho, o Tribunal do CADE negou por unanimidade o provimento aos recursos e aprovou sem restrições o Ato de Concentração. Desta forma, a Linx passou a ser consolidada no resultado da StoneCo a partir de julho

de 2021, contribuindo significativamente para a participação de mercado da StoneCo no segmento de software de gestão para o varejo no Brasil. Ao longo do segundo semestre de 2021, foi iniciada uma reorganização da liderança da Linx e a integração das suas principais atividades de back-office. Foram intensificados os investimentos em tecnologia e atendimento ao cliente para elevar o patamar de qualidade deste serviço. Ainda, foi praticamente concluído em dezembro de 2021 o processo de descontinuidade da operação de subadquirência da Linx com a migração desses clientes para a StoneCo.

**Reafirmamos nosso compromisso com o longo prazo,** através da busca por sinergias com a plataforma financeira da StoneCo, integração da Linx com as empresas de software que a StoneCo investe, além da maior disciplina em gestão de custos e despesas.

**Declaração da Diretoria:** Os diretores da Linx declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as conclusões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando a sua divulgação.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

A Diretoria

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.003	144	49.567	45.562	Fornecedores	908	1.712	67.964	49.678	
Aplicações financeiras	6	9.249	472.304	31.030	584.778	Contas a pagar estabelecimentos comerciais			134.633	250.618	
Contas a receber de clientes	7	-	-	336.119	477.217	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	69.775	
Tributos a recuperar	8	1.963	9.999	32.411	37.702	Arrendamento mercantil	16	-	16.685	29.382	
Créditos com partes relacionadas		-	-	5.596	-	Obrigações trabalhistas	17	-	39	80.796	63.067
Outros créditos	10	571	283	77.234	48.762	Impostos e contribuições a recolher	16	703	19.166	19.582	
		12.786	482.730	531.957	1.194.021	Imposto de renda e contribuição social	19	-	6.453	4.998	
						Contas a pagar por aquisição de controladas	18	-	39.992	57.346	
						Receita diferida	19	-	24.046	23.938	
						Débitos com partes relacionadas		585	164	-	
						Dividendos a pagar		386	60	386	60
						Outros passivos	21	29	452	29.594	19.482
								1.924	3.130	419.714	587.926
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	226.199
Aplicações financeiras	6	-	-	910	2.467	Arrendamento mercantil	16	-	72.974	76.797	
Contas a receber de clientes	7	-	-	14.711	16.100	Obrigações trabalhistas	17	-	103	1.702	2.687
Tributos a recuperar	8	-	-	384	4.341	Contas a pagar por aquisição de controladas	18	-	17.924	43.440	
Tributos diferidos	20	-	6.923	822	14.891	Tributos diferidos	20	-	76.451	81.415	
Outros créditos	10	6	6.923	46.203	63.652	Receita diferida	19	-	1.452	2.729	
						Provisão para contingências	23	-	22.491	28.929	
Investimentos	11	1.311.125	1.133.644	-	-	Outros passivos	21	-	6.988	8.147	
Imobilizado	12	-	-	99.969	109.057			-	103	199.982	470.343
Intangível	13	-	-	1.186.972	1.209.948			-	103	199.982	470.343
Direito de uso	14	-	-	76.588	101.655			1.924	3.233	619.696	1.058.269
						Total do passivo					
						Capital social	22.1	645.447	645.447	645.447	645.447
						Reservas de capital	22.2	1.120.142	1.153.554	1.120.142	1.153.554
						Ações em tesouraria		(262.167)	(299.856)	(262.167)	(299.856)
						Reservas de lucros		(175.035)	126.387	(175.035)	126.387
						Outros resultados abrangentes		(6.394)	(5.468)	(6.394)	(5.468)
								1.321.993	1.620.064	1.321.993	1.620.064
								1.323.917	1.623.297	1.941.689	2.678.333
<b>Total do ativo</b>		<b>1.323.917</b>	<b>1.623.297</b>	<b>1.941.689</b>	<b>2.678.333</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.323.917</b>	<b>1.623.297</b>	<b>1.941.689</b>	<b>2.678.333</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	24	-	-	987.884	876.377
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(356.048)	(283.262)
<b>Lucro bruto</b>				<b>631.836</b>	<b>593.115</b>
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	26	(53.471)	(25.986)	(356.897)	(310.742)
Pesquisa e desenvolvimento	13/26	(36)	(17)	(143.202)	(111.059)
Vendas	26	(570)	(46)	(196.447)	(158.927)
Resultado da equivalência patrimonial	11	(143.103)	(70.293)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	26	(10.108)	-	(86.360)	(59.086)
				(782.906)	(639.814)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>(207.288)</b>	<b>(96.342)</b>	<b>(151.070)</b>	<b>(46.699)</b>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	8.618	12.860	33.772	44.678
Despesas financeiras	27	(758)	(1.295)	(67.724)	(81.779)
		7.860	11.565	(33.952)	(37.101)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(199.428)</b>	<b>(84.777)</b>	<b>(185.022)</b>	<b>(83.800)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	-	-	(11.844)	(11.551)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(6.923)	4.703	(9.485)	15.277
		(6.923)	4.703	(21.329)	3.726
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(206.351)</b>	<b>(80.074)</b>	<b>(206.351)</b>	<b>(80.074)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo líquido do exercício		(206.351)	(80.074)	(206.351)	(80.074)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes					
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira		(926)	780	(926)	780
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes					
Benefício pós-emprego		-	(117)	-	(117)
<b>Total dos resultados abrangentes</b>		<b>(207.277)</b>	<b>(79.411)</b>	<b>(207.277)</b>	<b>(79.411)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(206.351)	(80.074)	(206.351)	(80.074)
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	12/13/14	-	-	147.714	157.822
Resultado de equivalência patrimonial	11	143.103	70.293	-	-
Adição para créditos de liquidação duvidosa	7	-	-	5.097	5.936
Perdas (ganhos) na baixa/alienação de bens		-	-	62.473	5.700
Adição (reversão) de ajuste a valor presente		-	-	5.016	6.802
Plano de opção de compra de ações		(123)	166	(1.543)	6.213
Encargos financeiros		-	-	45.692	38.576
Impostos diferidos	20	6.923	(4.703)	9.485	(15.277)
Impostos correntes	20	-	-	11.844	11.551
Provisões para contingência	23	-	-	(6.438)	9.341
Outras receitas (despesas) operacionais		9.999	-	(3.416)	(10.640)
Receita com aplicação financeira		(8.941)	(13.235)	(12.464)	(16.756)
Efeito da aplicação da hiperinflação		-	-	4.253	4.136
		150.961	52.521	267.713	203.404
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	136.972	(209.723)
Tributos a recuperar		(64)	(1.392)	(3.808)	(10.757)
Outros créditos e depósitos judiciais		(294)	(190)	(36.763)	(16.278)
Contas a Pagar a estabelecimentos comerciais		-	-	(115.985)	170.182
Fornecedores		(804)	779	6.279	18.600
Obrigações trabalhistas		(142)	5	16.743	11.795
Impostos e contribuições a recolher		(624)	310	(6.481)	(11.825)
Receita diferida		-	-	(1.169)	(16.127)
Outras contas a pagar		(2)	(454)	8.361	(3.678)
Dividendos a pagar		326	-	326	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	20	(63)	(1.414)	(4.704)	(4.130)
Fluxo de caixa gerados (aplicados) pelas atividades operacionais		(57.057)	(29.909)	61.154	51.389
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado		-	-	(20.599)	(44.438)
Aquisição de ativo intangível		-	-	(110.337)	(80.788)
Aquisição de sociedade, líquido de caixa e equivalentes de caixa adquiridos		-	-	-	(147.251)
Aumento de capital em controladas		(318.001)	(145.000)	-	-
Aporte de aplicações financeiras		(52.733)	(23.835)	(1.040.126)	(740.328)
Resgate de juros e aplicação financeira		522.830	294.607	1.605.230	1.071.018
Fluxo de caixa gerados (aplicados) pelas atividades de investimentos		152.096	125.772	434.168	58.213
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	107.937
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	15	-	-	(297.392)	(30.345)
Pagamentos de arrendamento mercantil	16	-	-	(36.856)	(57.251)
Encargos financeiros pagos	15	-	-	(28.525)	(13.854)
Pagamentos de aquisição de controladas	18	-	-	(33.803)	(41.109)
Ações em tesouraria		5.820	(92.166)	5.820	(92.166)
Dividendos pagos		(100.000)	(19.940)	(100.000)	(19.940)
Fluxo de caixa gerados (aplicados) pelas atividades de financiamentos		(94.180)	(112.106)	(490.756)	(146.728)
Varição cambial sobre caixa e equivalentes		-	-	(561)	6.790
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		859	(16.243)	4.005	(30.336)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
No início do período		144	16.387	45.562	75.898
No fim do período		1.003	144	49.567	45.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

LINX S/A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado										Dividendos adicionais propostos	Total		
	Reservas de capital					Reservas de lucros								
	Capital social	Ações em tesouraria	Ágio na subscrição de capital	Lucro ou Prejuízo na Venda de Ações em Tesouraria	Plano de opções de ações	Gastos com emissão de ações	Total	Reserva legal	Retenção de lucros	Total			Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2019	645.447	(225.954)	1.222.025	-	39.737	(96.157)	1.165.605	7.037	193.559	200.596	-	(6.131)	10.281	1.789.844
Recompra de ações	-	(100.373)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.373)
Exercício stock options	-	8.207	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.207
Plano de opções de ações	-	13.672	-	-	(7.459)	-	(7.459)	-	-	-	-	-	-	6.213
Lucro ou prejuízo na venda de ações em tesouraria	-	4.592	-	(4.592)	-	-	(4.592)	-	-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(117)	-	(117)
Efeito da aplicação da hiperinflação	-	-	-	-	-	-	-	-	5.865	5.865	-	-	-	5.865
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	780	-	780
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80.074)	-	-	(80.074)
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.281)	(10.281)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros (prejuízo)	-	-	-	-	-	-	-	(80.074)	(80.074)	-	80.074	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	645.447	(299.856)	1.222.025	(4.592)	32.278	(96.157)	1.153.554	7.037	119.350	126.387	-	(5.468)	-	1.620.064
Exercício stock options	-	5.820	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.820
Plano de opções de ações	-	8.303	-	-	(9.846)	-	(9.846)	-	-	-	-	-	-	(1.543)
Lucro ou prejuízo na venda de ações em tesouraria	-	23.566	-	(23.566)	-	-	(23.566)	-	-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito da aplicação da hiperinflação	-	-	-	-	-	-	-	-	4.929	4.929	-	-	-	4.929
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(926)	-	(926)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(206.351)	-	-	(206.351)
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)	-	-	-	-	(100.000)
Retenção de prejuízo	-	-	-	-	-	-	-	(206.351)	(206.351)	206.351	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	645.447	(262.167)	1.222.025	(28.158)	22.432	(96.157)	1.120.142	7.037	(182.072)	(175.035)	-	(6.394)	-	1.321.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional** - Fundada em 1985 e com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 7221, 7º andar, São Paulo - Capital, a Linx S.A. ("Companhia" ou "Linx"), uma sociedade anônima controlada a partir de 1º de julho de 2021 pela STNE Participações S.A. ("STNE") e em última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo"). A companhia e suas controladas fornece soluções de software de gestão em ERP (Enterprise Resource Planning) e POS (Point of Sale or Point of Service), soluções de conectividade TEF (Electronic Funds Transfer), e-commerce, CRM (Customer Relationship Management) e OMS (Order Management System), e meios de pagamento para o setor varejista na América Latina. A Companhia oferece tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, seu modelo verticizado de atuação que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte por meio do nosso modelo de negócios diferenciado. A Linx tem por atividade a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacional ou estrangeira, como sócia, acionista, cotista e ainda, a representação de outras sociedades de qualquer natureza no Brasil ou no exterior e a administração de bens próprios e de terceiros. Em 02 de agosto de 2021, a Linx cancelou o registro como emissora de valores mobiliários na categoria "A", a Companhia passou a ser uma companhia fechada, deixando de ter ações de sua emissão listadas para a negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou em qualquer outro mercado organizado.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras** - **2.1. Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação** - As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia. Algumas rubricas para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reclassificadas para permitir a comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2022.

**3. Resumo das principais políticas contábeis** - As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A seguir, apresentaremos um resumo das principais políticas. **3.1. Base de consolidação** - As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; • A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados. A Companhia reavalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequar as suas políticas contábeis, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos de partes relacionadas, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa referentes as transações entre as partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações da Linx S.A., e suas controladas relevantes a seguir relacionadas:

	% Participação	
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Controladas</b>		
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Telecomunicações Ltda.	99,99%	99,99%
<b>Controladas indiretas (*)</b>		
Napse S.R.L.	100,00%	100,00%
Synthesis Holding LLC.	100,00%	100,00%
Retail Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Santander Moving Tech RF Referenciado DI CP FI	-	100,00%
Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda.	100,00%	100,00%
Hiper Software S.A.	100,00%	100,00%
Esmeralda Serviços Digitais Ltda.	100,00%	100,00%
Safira Serviços Digitais Ltda	100,00%	100,00%
Ametista Serviços Digitais Ltda	100,00%	100,00%
Diamante Serviços Digitais Ltda	100,00%	100,00%
RRA Ferreira ME (i)	-	100,00%
CR Sistemas Ltda (ii)	-	100,00%
Mercadapp Soluções em Software Ltda	100,00%	100,00%

(\*) Empresas controladas pela Linx Sistemas, exceto por Esmeralda Serviços Digitais Ltda, Safira Serviços Digitais Ltda, Ametista Serviços Digitais Ltda e Diamante Serviços Digitais Ltda que são controladas pela Linx Pay. (i) Empresa incorporada em 01 de fevereiro de 2021 pela Linx Sistemas. (ii) Empresa incorporada em 01 de julho de 2021 pela Linx Sistemas. A Linx S.A é controladora direta das seguintes empresas: Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Linx Sistemas"); atuante no desenvolvimento de softwares de gestão no segmento de varejo, prestação de suporte técnico, consultoria, treinamento e participação em outras sociedades. Linx Telecomunicações Ltda. ("Linx Telecomunicações"); atuante na prestação de serviços de telecomunicações em geral, assim entendida na transmissão de voz, dados, imagens e sons por quaisquer meios, incluindo-se serviços de redes e circuitos, telefonia, por quaisquer sistemas, inclusive, pela internet. A Linx S.A é controladora indireta das seguintes empresas: Napse S.R.L. ("Napse"); atuante no desenvolvimento e comercialização de softwares de automação de ponto de venda (POS), soluções para meios de pagamento eletrônico (TEF) e motor de promoções para grandes cadeias varejistas nos principais mercados da América Latina. Synthesis Holding LLC. ("Synthesis"); holding pertencente ao grupo Napse e controladora das empresas Synthesis US LLC (Estados Unidos da América), Synthesis I.T. e Retail Americas S.R.L. (México). Retail Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento ("Retail Renda Fixa"); fundo de investimento exclusivo e reservado para as operações de investimentos das empresas da Companhia e suas controladas. Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda. ("Linx Pay"); atua com a finalidade de agregar todas as iniciativas da Companhia relacionadas à fintech como TEF (gateway de pagamentos), DUO (Smart POS), o Linx Pay Easy (subadiquirência), além dos novos produtos alinhados ao posicionamento estratégico da Linx nessa área e da participação em outras sociedades. Hiper Software S.A. ("Hiper"); atua com foco em soluções SaaS (software como serviço) para micros e pequenos varejistas. Esmeralda Serviços Digitais Ltda. ("PinPag"); fintech especializada em meios eletrônicos de pagamento e oferece soluções personalizadas e disruptivas de parcelamento para o varejo. Safira Serviços Digitais Ltda. ("PinPag"); fintech especializada em meios eletrônicos de pagamento e oferece soluções personalizadas e disruptivas de parcelamento para o varejo. Ametista Serviços Digitais Ltda. ("PinPag"); fintech especializada em meios eletrônicos de pagamento e oferece soluções personalizadas e disruptivas de parcelamento para o varejo. Diamante Serviços Digitais Ltda. ("PinPag"); fintech especializada em meios eletrônicos de pagamento e oferece soluções personalizadas e disruptivas de parcelamento para o varejo. Mercadapp Soluções em Software Ltda. ("Mercadapp"); especializada em plataforma white label de soluções de vendas online para supermercados de pequeno e médio porte, suas soluções de plataforma de web e delivery são baseadas em nuvem. **3.2. Mensuração do valor justo** - A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um

todo: • Nível 1 — Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras a valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente** - A Companhia e suas controladas adotaram o IFRS 9/CPC 48 - instrumentos financeiros em substituição ao IAS 39/CPC 38. As alterações relacionadas a essas políticas contábeis estão descritas a seguir: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i) Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração** - Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o IFRS 15/CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente** - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado** - Esta categoria é a mais relevante para a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado incluem principalmente, contas a receber de clientes, contas e equivalentes de caixa e demais contas a receber, além de fornecedores e outras contas a pagar. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia e suas controladas não tenham classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. **Desreconhecimento** - Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem reterem substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo. Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebram um acordo de repasses, elas avaliam se, e em quais medidas, reteram os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem reteram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia e suas controladas. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias devedoras ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia e suas controladas estabelecem uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **ii) Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração** - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem: Fornecedores, contas a pagar estabelecimentos comerciais, contas a pagar aquisição de controladas, arrendamento a pagar e outros passivos. **Mensuração subsequente** - A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. • Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do IFRS 9/CPC 48 forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e suas controladas. Após o reconhecimento inicial, os passivos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a contas a pagar estabelecimentos comerciais e arrendamentos a pagar, sujeitos a juros. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)** - Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria pode também incluir instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / IFRS 9 forem atendidos. Esta categoria inclui contraprestação contingente incluída em Contas a pagar aquisição controladas. **Desreconhecimento** - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **iii) Compensação de instrumentos financeiros** - Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.4. Classificação circulante versus não circulante** - A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante

## LINUX S/A

pelos menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.5. Combinações de negócios** - Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo total da contraprestação transferida na data da combinação de negócios compreendendo ativos transferidos, instrumentos patrimoniais emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da transação. Adicionalmente, é considerado o valor de quaisquer participações de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a Companhia escolhe mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo justo valor ou com base na proporção da participação de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis da adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são mensurados ao valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições relevantes à data de aquisição. A Companhia identifica e mensura os ativos adquiridos e os passivos assumidos pelo valor obtido em avaliações preliminares na data de aquisição. A Companhia reconhece a diferença entre os valores preliminares e os valores finais relativos à aquisição em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, conforme apropriado. Após o reconhecimento inicial dos ativos imobilizados e intangíveis identificados, a Companhia contabiliza as depreciações e amortizações pelo método e vidas úteis definidas no reconhecimento inicial com base nas avaliações preliminares até que as avaliações finais estejam disponíveis. Passivos contingentes reconhecidos na data de aquisição são mensurados ao valor justo. Subsequentemente, até que os passivos sejam liquidados, cancelados ou expirem, eles são reconhecidos pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido e o valor que seria reconhecido de acordo com o IAS 37. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida pelo valor justo na data de aquisição. Mudanças subsequentes no valor da contraprestação contingente devem ser reconhecidas no resultado. Para avaliar a contraprestação contingente, a Companhia considera diferentes probabilidades de cenários e fluxos de caixa contratuais futuros descontados às taxas de juros disponíveis no mercado para instrumentos financeiros similares. O ágio compreende o excesso entre (i) a soma dos valores de contraprestação transferida, participações de não controladores e qualquer participação anterior detida ("contraprestação agregada transferida") e (ii) o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, a Companhia reavalia se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos e revisa os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data de aquisição. Se a reavaliação ainda resultar em um excesso do valor justo dos ativos líquidos adquiridos sobre a contraprestação agregada transferida, o ganho por compra vantajosa resultante da transação é reconhecido no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O ágio é testado para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente, em 31 de dezembro de cada exercício contábil, ou sempre que houver indicação de que o ágio possa ter se desvalorizado. **3.6. Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.7. Contas a receber de clientes** - Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), sendo reconhecido pelo valor nominal, deduzindo valor presente e provisões para perda esperada. Os valores a receber de clientes no exterior são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data-base. **3.8. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas Sback Tecnologia da Informação Ltda, Esmeralda Serviços Digitais Ltda, Safira Serviços Digitais Ltda, Ametista Serviços Digitais Ltda, Diamante Serviços Digitais Ltda, RRA Ferreira ME e CR Sistemas Ltda adotam o regime de tributação do lucro presumido, no qual, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32% sobre as receitas provenientes de serviços e 100% das receitas financeiras. Sobre estas, aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. **Exposições fiscais** - Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. **3.9. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado. **Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 12. **3.10. Ativos intangíveis e ágio** - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, nas demonstrações financeiras consolidadas. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **Ágio** - O custo do ágio é contabilizado pelo método de aquisição ao valor justo e o teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. **Pesquisa e desenvolvimento** - Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. **Outros ativos intangíveis** - Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **3.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para

ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **3.12. Contas a pagar aos fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.13. Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Custos de empréstimos** - Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Entidade relativos ao empréstimo. **3.14. Passivos de arrendamento** - Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certo de ser exercido pela Companhia e suas controladas, e pagamentos de multas pela rescisão de uma locação, se o prazo da locação refletir a Companhia e suas controladas que exerce a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que determina o pagamento ocorre. Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, a Companhia e suas controladas usam a taxa de empréstimo incremental na data de início da locação se a taxa de juros implícita na locação não for facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamentos feitos. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento mercantil, uma mudança nos pagamentos fixos de arrendamentos de substância ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente. A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento aos seus arrendamentos de curto prazo, bem como também aplica a isenção de reconhecimento a arrendamentos cujos ativos subjacentes são de baixo valor. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e que não contém uma opção de compra. Arrendamentos de baixo valor são aqueles em que o valor do ativo subjacente é igual ou inferior a cinco mil dólares norte-americanos, conforme recomendado pelo IASB. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento. **3.15. Direito de uso** - A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos feitos antes ou na data de início menos os incentivos de arrendamento recebidos. A menos que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obtenham a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados pelo método linear durante o período mais curto entre a vida útil estimada e o prazo do arrendamento. **3.16. Provisões** - Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas** - A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios** - Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (IAS 37/CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita. **3.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.18. Receita de contrato com cliente** - A receita é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia e suas controladas espera receber em troca desses serviços. A Companhia concluiu que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas: 1. identificação dos contratos com o cliente; 2. identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; 3. determinação do preço da transação; 4. alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e 5. reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos às autoridades fiscais. A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas de software que compreendem taxas de licenciamento, receita de assinatura, receita de serviço que inclui implementação e personalização, e receita de subadiquência. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente. **Receitas de assinaturas** - São receitas recorrentes oriundas de: (1) receitas relacionadas a serviços para fornecer ao cliente o direito de uso ao software numa infraestrutura baseada em nuvem fornecido pela Companhia e suas controladas ou em nuvem de terceiros, ou ainda baseada na própria infraestrutura interna do cliente, onde o cliente não tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software ou utilizá-lo em sua infraestrutura de TI ou um de um terceiro; e (2) receitas relacionadas a suporte tecnológico, "helpdesk", aluguel de equipamento, serviço de hospedagem de "software", pagamento pelo uso das ferramentas e equipes de suporte localizadas nos clientes e serviços de conectividade. Manutenção mensal é agregada em um contrato cujo prazo geralmente é de doze meses. Receitas de assinaturas mensais não são reembolsáveis e são faturadas e pagas mensalmente. Essas receitas são reconhecidas no resultado mensalmente conforme os serviços são prestados, iniciando-se na data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os outros critérios de reconhecimento de receita são atendidos. **Receitas de serviços** são consideradas não recorrentes e compreendem serviços de implementação, incluindo personalização, treinamento, licenças dos "softwares" e outros serviços. As receitas de serviços são reconhecidas no resultado em função da sua realização. **Receita de Royalties** - As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando determina o momento quando todos os riscos e benefícios da licença são transferidos mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia e suas controladas. **Receitas de subadiquência** são decorrentes de captura das transações com cartões de crédito e de débito sendo reconhecidas na data da captura/processamento das transações. Caso os valores faturados excedam os serviços prestados, então a diferença é apresentada como receita diferida (passivo circulante e não circulante) no balanço patrimonial. **3.18.1. Contratos com múltiplas obrigações de desempenho** - Os contratos da Companhia e suas controladas com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e a Companhia contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas. Quando os equipamentos ou serviços são agrupados em um contrato com um cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual da Companhia para cada elemento em transações separadas ou custo esperado acrescido de uma margem. Para situações limitadas, em que o preço de venda individual relativo para um elemento que não pode ser avaliado em uma base anterior, a receita é alocada primeiro ao elemento em que o preço de venda individual relativo foi estabelecido e o montante residual é atribuído ao elemento sem preço de venda individual relativo. **3.19. Capital social - Ações ordinárias** - Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o IAS 12/CPC 32. **3.20. Transações envolvendo pagamento baseado em ações** - Funcionários da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. A Controladora StoneCo oferece ações restritas para funcionários (CLT ou Estatutários) os quais terão direito de receber as ações restritas ao final do período de carência na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período e elegíveis com base na avaliação de performance. **Transações liquidadas com títulos patrimoniais** - O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado. Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído. **3.21. Benefícios a empregados**: Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. a. **Previdência privada** - A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes. b. **Participação nos lucros** - A Companhia e suas controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus. A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado. c. **Benefício pós-emprego - planos de saúde** - A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são co-patrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e

## LINX S/A

suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes. **3.22. Receitas e despesas financeiras** - Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais, variação cambial, atualização monetária de contingências e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros. **3.23. Conversão de moeda estrangeira** - As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional, e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento conforme o IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis exceto pela Napse S.R.L., que segue o CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária equivalente ao IAS 29. **3.24. IAS 29/CPC 42 Aplicação da norma de contabilidade e evidênciação de economia altamente inflacionária** - Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidênciação em economia altamente inflacionária (IAS 29/CPC 42) passou a ser requerida sobre a controlada Napse S.R.L., situada na Argentina. De acordo com o IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, que estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. **3.25. Demonstração do fluxo de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as seguintes transações não afetaram o caixa.

Consolidado  
31/12/2021 31/12/2020

Aquisição de computadores, móveis e instalações incluídos em fornecedores a pagar 16.009 2.465  
Aquisição de software e softwares desenvolvidos incluídos em fornecedores a pagar 41.898 3.713

**3.26. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas - 3.26.1. Alteração do CPC 06 (R2) (IFRS 16) - extensão do expediente prático aplicado às concessões de aluguel relacionadas ao COVID-19** - Em 2020, o CPC publicou uma alteração ao CPC 06 (R2) que forneceu um expediente prático opcional para os arrendatários avaliarem se uma concessão de aluguel relacionada ao COVID-19 é uma modificação de arrendamento. Em 2021, o CPC publicou uma alteração adicional para prorrogar a data do expediente prático de 30 de junho de 2021 para 30 de junho de 2022. A Companhia adotou as alterações em sua data efetiva e não houve impactos relevantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras. **3.26.2. Alterações de juros aplicáveis ao CPC 06 (R2) (IFRS 16), CPC 11 (IFRS 4), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (R1) (IFRS 7) e CPC 48 (IFRS 9) - fase 2** - Em 2020, o CPC publicou uma alteração referente à "Reforma da Taxa de Juros de referência - Fase 2", aplicável ao CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 e CPC 48. Com a publicação das alterações da fase 2, o IASB concluiu seu trabalho em resposta à reforma da taxa de juros de referência. As alterações fornecem tratamentos temporários dos efeitos de relatórios financeiros quando uma taxa de oferta interbancária (Interbank Offered Rate - IBOR) é substituída por uma taxa de juros alternativa quase livre de risco (Risk Free Rate - RFR). A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não espera ter impacto significativo em suas demonstrações financeiras. **3.27. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas** - As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. **3.27.1. Alterações à IAS 1: classificação de passivos como circulante ou não circulante** - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 da IAS 1 para especificar os requisitos para classificar os passivos como circulantes ou não circulantes. As alterações esclarecem: - O que se entende por um direito de diferir a liquidação; - Que um direito de diferimento deve existir no final do período de relatório; - Essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de diferimento; - Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetam sua classificação. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.27.2. Referência à estrutura conceitual - alterações à IFRS 3** - Em maio de 2020, o IASB emitiu "Alterações à IFRS 3 Combinações de Negócios - Referência à Estrutura Conceitual". As alterações destinam-se a substituir uma referência à Estrutura Conceitual para Preparação e Apresentação de Demonstrações Financeiras, emitida em 1989, por uma referência à Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros emitida em março de 2018, sem alterar significativamente seus requisitos. O IASB também adicionou uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ou IFRIC 21 - Taxas, se incorridas separadamente. Ao mesmo tempo, o IASB decidiu esclarecer a orientação existente na IFRS 3 para ativos contingentes que não seriam afetados pela substituição da referência à Estrutura Conceitual para Preparação e Apresentação de Demonstrações Financeiras. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e aplicam-se prospectivamente. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.27.3. Contratos onerosos - custos de cumprimento de um contrato - alterações à IAS 37** - Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IAS 37 para especificar quais custos uma entidade precisa incluir ao avaliar se um contrato é oneroso ou deficitário. As alterações aplicam uma "abordagem de custo diretamente relacionada". Os custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato. Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.27.4. IFRS 9 - instrumentos financeiros - taxas no teste "10 por cento" para baixa de passivos financeiros** - Como parte de seu processo de melhorias anuais de 2018-2020 às normas IFRS, o IASB emitiu um adendo à IFRS 9. O adendo esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos de responsabilidade financeira original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. Uma entidade aplica o adendo a passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica o adendo pela primeira vez. A alteração é efetiva para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada permitida. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. A Companhia não espera ter um impacto material em suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação dessas alterações. **3.27.5. Alteração à IAS 12 - imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação** - Essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob a IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia aplicará as alterações para transações aplicáveis, em ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. A Companhia não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.27.6. IFRS 17 - contratos de seguro** - Esta norma substitui a IFRS 4, que atualmente permite uma ampla variedade de práticas na contabilização de contratos de seguro. A IFRS 17 irá alterar fundamentalmente a contabilização de todas as entidades que emitem contratos de seguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia sobre esta aplicação. **3.27.7. Produto antes do uso pretendido - alterações à IAS 16** - A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item do ativo imobilizado quaisquer receitas da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Em vez disso, uma entidade reconhece o produto da venda de tais itens e os custos de produção desses itens no resultado. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.27.8. Alterações de escopo da IAS 1, IFRS Practice Statement 2 e IAS 8** - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments e ao IAS 8. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera ter nenhum impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.27.9. IAS 41 - Tributação em mensurações de valor justo** - A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa relativos à tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A IAS 41 não é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **3.27.10. Adoção inicial de padrões internacionais de relatórios financeiros** - A alteração da IFRS 1 simplifica a aplicação da IFRS 1 por uma subsidiária que adere, pela primeira vez após se tornar controlada, a mensuração das diferenças acumuladas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição para IFRS se não foram feitos ajustes para os procedimentos de consolidação e para os efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia aplicará as alterações para transações aplicáveis, em ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. A Companhia não espera ter um impacto material nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações.

**4. Reestruturação societária - 4.1. Incorporação Neemo** - Em 1º de fevereiro de 2021, foi efetivada a incorporação da RRA Ferreira ME ("Neemo"), onde o acervo líquido foi consolidado pela controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda.

O quadro abaixo demonstra o valor contábil em 31 de dezembro de 2020 do acervo líquido da Neemo:

Ativo Passivo

Caixa e equivalente de caixa 3.333 Fornecedores 5  
Aplicações financeiras 253 Obrigações sociais 392  
Contas a receber 980 Obrigações tributárias 89  
Outros créditos 6 Imposto de renda e contribuição social 395  
Ativo circulante 4.572 Passivo circulante 881  
Imobilizado 50  
Ativo não circulante 50

Total do ativo 4.622 Total do passivo e patrimônio líquido 4.622

O acervo líquido da RRA Ferreira ME., foi avaliado por peritos que emitiram laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade em 08 de janeiro de 2021. A incorporação da Neemo, não acarretou em aumento de capital ou alterações nas participações acionárias da Companhia. **4.2. Incorporação Humanus** - Em 1º de julho de 2021, foi efetivada a incorporação da CR Sistemas Ltda. ("Humanus"), onde o acervo líquido foi consolidado pela controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda.

O quadro abaixo demonstra o valor contábil em 31 de março de 2021 do acervo líquido incorporado da CR Sistemas Ltda.:

Ativo Passivo

Caixa e equivalente de caixa 231 Fornecedores 16  
Aplicação financeira 2.419 Obrigações sociais 846  
Contas a receber 702 Imposto de renda e contribuição social 46  
Impostos a recuperar 35 Partes relacionadas 17  
Outros créditos 1.394 Passivo circulante 925  
Ativo circulante 4.781  
Outros créditos 41 Obrigações sociais 1.127  
Imobilizado 90 Outros passivos 3.136  
Intangível 94 Partes relacionadas 41  
Ativo não circulante 225 Passivo não circulante 4.304  
Capital social 1.800  
Reserva de lucros (3.106)  
Lucro do período 1.083  
Patrimônio líquido (223)  
Total do ativo 5.006 Total do passivo e patrimônio líquido 5.006

O acervo líquido da CR Sistemas Ltda., foi avaliado por peritos que emitiram laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade em 16 de junho de 2021. A incorporação da Sistemas Ltda., não acarretou aumento de capital ou alterações nas participações acionárias da Companhia.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos - em moeda nacional	128	129	30.774	25.334
Caixa e bancos - em moeda estrangeira	-	-	11.192	9.831
Aplicações financeiras de curto prazo (*)	875	15	7.601	10.397
<b>Total (**)</b>	<b>1.003</b>	<b>144</b>	<b>49.567</b>	<b>45.562</b>

(\*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 havia aplicações em moeda estrangeira. (\*\*) Os valores apresentados incluem R\$ 18.657 (R\$ 14.291 em 31 de dezembro de 2020) referente à Linx Pay Meios de Pagamento Ltda e suas controladas. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Interbancário (CDI) remunerado pela taxa de 81,50%. A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 28.

### 6. Aplicações financeiras

Tipo	Nome	Data de aplicação	Vencimento	Índice/Taxa rend. médio (%)	Controladora		Consolidado	
					31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Moeda nacional</b>								
Fundo	Retail Renda Fixa Crédito Privado (***)	21/12/2018	Indeterminado	Selic 100%	9.249	370.087	23.888	454.751
Fundo	Moving Tech Renda Fixa (***)	24/03/2020	Indeterminado	(****)	-	102.217	-	102.231
Opções	Opções Box	14/12/2021	28/02/2025	104,33%	-	-	7.142	13.458
Renda Fixa	Outros (*)	20/05/2019	01/03/2027	Selic 100%	-	-	910	16.805
<b>Total (**)</b>					<b>9.249</b>	<b>472.304</b>	<b>31.940</b>	<b>587.245</b>
	Ativo circulante				9.249	472.304	31.030	584.778
	Ativo não circulante				-	-	910	2.467

(\*) Os valores apresentados incluem R\$ 910 em aplicações financeiras dadas em garantia em operações da Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda e suas controladas. (\*\*) Os valores apresentados incluem R\$ 5.800 (R\$ 10.970 em 31 de dezembro de 2020) referente à Linx Pay Meios de Pagamento Ltda e suas controladas. (\*\*\*) Representa o valor aplicado em cota de fundo. (\*\*\*\*) Os índices dos títulos que compõe a carteira deste fundo estão divulgados na tabela seguinte. Segue abaixo abertura da carteira do fundo de exclusivos:

Nome	Tipo	Código	Indexador	31/12/2021	31/12/2020
Retail Renda Fixa Crédito Privado	Renda Fixa	LTN Over	PRE	-	172.403
Retail Renda Fixa Crédito Privado	Renda Fixa	LFT	SELIC	23.888	282.348
Moving Tech Renda Fixa	Fundo de investimento	Outros Fundos	PRE	-	71.835
Moving Tech Renda Fixa	Renda Fixa	LFT	SELIC	-	30.396
<b>Total (*)</b>				<b>23.888</b>	<b>556.982</b>

(\*) Representa a carteira de fundos. A Administração tem por política a utilização destes recursos, substancialmente, para fins de pagamentos pontuais, tais como aquisições de empresas, pagamento de JSCP (juros sobre capital próprio) e dividendos, não utilizando os recursos aplicados nesta conta para fazer frente a sua necessidade de fluxo de caixa operacional. A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 28.

### 7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Duplicatas a receber:		
A vencer	273.345	463.378
Vencidos	83.027	25.633
	<b>356.372</b>	<b>489.011</b>

Duplicatas a receber exterior:		
A vencer	6.970	8.395
Vencidos	3.087	5.995
	<b>10.057</b>	<b>14.390</b>

Total (\*) **366.429** **503.401**  
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa **(14.393)** **(9.296)**  
(-) Ajustes a valor presente **(1.206)** **(788)**

**350.830** **493.317**  
Ativo circulante **336.119** **477.217**  
Ativo não circulante **14.711** **16.100**

(\*) Os valores apresentados incluem R\$ 141.143 (R\$ 291.071 em 31 de dezembro de 2020) referente à Linx Pay Meios de Pagamento Ltda e suas controladas. Os títulos e a respectiva provisão possuem a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Duplicata a receber	278.605	471.773
Provisão de perdas	(25)	(66)
A vencer	61.217	9.363
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	(66)	(71)
De 31 a 60 dias	(87)	(98)
De 61 a 90 dias	(136)	(128)
De 91 a 180 dias	(1.601)	(1.071)
Acima de 181 dias	(12.478)	(7.862)
	<b>366.429</b>	<b>503.401</b>

A Companhia e suas controladas constitui a PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) considerando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas. A Companhia e suas controladas também constitui provisão de perdas esperadas para os títulos a receber de clientes que compõem a base de contas a receber em aberto. A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia e suas controladas ser diluída. A movimentação desta provisão no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(10.636)	(3.360)
Adição de provisão	(7.484)	(10.168)
Utilização/reversão	3.727	4.232
Saldo final	<b>(14.393)</b>	<b>(9.296)</b>

### 8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.963	9.999	28.434	33.279
ICMS	-	-	384	4.372
PIS e COFINS	-	-	227	1.320
Outros (*)	-	-	3.750	3.072
	<b>1.963</b>	<b>9.999</b>	<b>32.795</b>	<b>42.043</b>
Ativo circulante	1.963	9.999	32.411	37.702
Ativo não circulante	-	-	384	4.341

(\*) Corresponde substancialmente a saldo a recuperar da lei de promoção de software no valor de R\$ 1.818 (R\$ 1.018 em 31 de dezembro de 2020) da empresa Napse.

### 9. Partes relacionadas - 9.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração (6 administradores em 2021 e 8 administradores em 2020), relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são resumidas como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
Benefício de curto prazo a empregados				
Pagamento de Pró-Labore	46.397	10.665		
Pagamentos com base em ações	13.624	5.805		
	<b>60.021</b>	<b>16.470</b>		

**9.2. Patrimonial** - No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, existem notas de débito referente a despesas compartilhadas entre empresas do grupo Linx S.A e grupo StoneCo no montante de R\$ 5.596. **8.3. Resultado** - No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, existiram despesas compartilhadas no montante de R\$ 15.668 (R\$ 16.156 em 31 de dezembro de 2020) e despesas financeiras referentes a juros de empréstimos e prestação de serviços no período R\$ 2.229 (R\$ 980 em 31 de dezembro de 2020).

### 10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a funcionários e férias	-	-	10.705	14.054
Retenções para contingências - adquiridas (*)	-	-	16.007	15.184
Despesas antecipadas (**)	-	120	43.550	12.737
Reembolsos com parceiros (***)	420	-	2.485	12.496
Recursos em gestão de terceiros	-	-	15.541	9.698
Adiantamento para fornecedores	-	12	8.974	3.587
Outros (****)	157	151	9.348	6.859
	<b>571</b>	<b>283</b>	<b>106.610</b>	<b>74.615</b>

Ativo circulante **571** **283** **77.234** **48.762**  
Ativo não circulante **6** **-** **29.376** **25.853**

(\*) Refere-se as parcelas contingentes das empresas Direção, Spress, Rezende, Liderança, Quadrant, CSI, LZT, BR Coelho, Big Administração, Intercamp, Percycle, Itec Informática, DCG, Napse, Millennium e Hiper, conforme contratos de aquisições

(\*\*) Refere-se substancialmente a despesas com serviços de cloud.

(\*\*\*) Refere-se a reembolsos de parceiros na operação de subadiquirência da Linx Pay Meios de Pagamento Ltda.

(\*\*\*\*) Esses valores incluem outras contas a receber e depósitos em garantia da Napse no montante de R\$ 4.442 (R\$ 2.636 em 31 de dezembro de 2020).

### 11. Investimentos

	Linx Sistemas		Linx Telecomunicações		Total
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Participação	99,99%	99,99%			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.034.333		12.029		1.046.362
Equivalência patrimonial	(73.048)		2.755		(70.293)
Aumento de capital	145.000		-		145.000
Ajuste de conversão acumulado	780		-		780
Benefício pós-emprego	(117)		-		(117)
Efeito da atualização da hiperinflação	5.865		-		5.865
Plano de outorga de ações	6.047		-		6.047
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<b>1.118.860</b>		<b>14.784</b>		<b>1.133.644</b>

**LINX S/A**

	Linx Sistemas	Linx Telecomunicações	Total
Equivalência patrimonial	(152.359)	9.256	(143.103)
Aumento de capital	318.001	-	318.001
Ajuste de conversão acumulado	(926)	-	(926)
Benefício pós-emprego	-	-	-
Efeito da atualização da hiperinflação	4.929	-	4.929
Plano de outorga de ações	(1.420)	-	(1.420)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.287.085	24.040	1.311.125

**11.2. Informações de controladas diretas:**

	Linx Sistemas	Linx Telecomunicações	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>			
Participação	99,99%	99,99%	
Ativos circulantes	506.132	31.299	537.431
Ativos não circulantes	1.412.370	933	1.413.303
<b>Total de ativos</b>	<b>1.918.502</b>	<b>32.232</b>	<b>1.950.734</b>
Passivos circulantes	427.855	8.192	436.047
Passivos não circulantes	203.562	-	203.562
<b>Total de passivos</b>	<b>631.417</b>	<b>8.192</b>	<b>639.609</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.287.085</b>	<b>24.040</b>	<b>1.311.125</b>
Receitas	1.121.919	37.843	1.159.762
Despesas	(1.274.278)	(28.587)	(1.302.865)
<b>Lucro líquido</b>	<b>(152.359)</b>	<b>9.256</b>	<b>(143.103)</b>

**12. Imobilizado**

	Residual							Total	
	Computadores e eletrônicos	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Benefeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Imóveis		
Valor líquido 31/12/2020	58.150	4.081	6.251	14.111	22.047	998	2.413	1.006	109.057
Saldo em 31/12/2021									
Custo	129.532	910	9.541	24.386	44.669	2.563	1.984	1.006	214.591
Depreciação acumulada	(73.434)	(686)	(4.168)	(10.998)	(24.387)	-	(949)	-	(114.622)
<b>Valor líquido</b>	<b>56.098</b>	<b>224</b>	<b>5.373</b>	<b>13.388</b>	<b>20.282</b>	<b>2.563</b>	<b>1.035</b>	<b>1.006</b>	<b>99.969</b>

As movimentações nos saldos do imobilizado estão descritas a seguir:

	Custo							Total	
	Computadores e eletrônicos	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Benefeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Imóveis		
Saldo em 31/12/2019	58.270	9.745	16.447	36.810	41.956	998	3.350	1.006	167.584
Adição	38.801	1.694	1.667	3.009	2.754	998	-	-	48.923
Adição aquisição	15.621	84	163	49	16	-	-	-	15.933
IAS 29	(573)	(36)	(23)	(21)	(96)	-	-	-	(749)
Baixas	(5.016)	(3.333)	(4.224)	(10.667)	(36)	-	-	-	(23.276)
Transferências	9.937	13	(4.145)	(5.344)	(371)	-	-	-	90
Varição cambial	11	12	34	(6)	(79)	-	-	-	(28)
Saldo em 31/12/2020	117.051	8.179	9.919	23.830	44.144	998	3.350	1.006	208.477
Adição (*)	18.180	3.467	37	527	594	1.565	-	-	24.370
IAS 29 (**)	19	39	11	3	(32)	-	-	-	40
Baixas	(4.983)	(10.776)	(490)	(561)	(1.299)	-	-	-	(18.109)
Transferências	(654)	-	64	590	1.366	-	(1.366)	-	-
Varição cambial	(81)	1	-	(3)	(104)	-	-	-	(187)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>129.532</b>	<b>910</b>	<b>9.541</b>	<b>24.386</b>	<b>44.669</b>	<b>2.563</b>	<b>1.984</b>	<b>1.006</b>	<b>214.591</b>

(\*) Na demonstração de fluxo de caixa, estão sendo consideradas como atividades de investimentos apenas as adições que tiveram desembolso de caixa no valor de R\$ 8.346. (\*\*) Valores referentes a atualização da IAS 29 (hiperinflação) na Napse Argentina.

**13. Intangível**

	Residual							Total		
	Software desenvolvido (i)	Softwares desenvolvidos (ii)	Capitalizados	Juros	Marcas adquiridas	Tecnologia aquisições	Carteira de clientes			
Valor líquido 31/12/2020	36.211	32.789	71.161	20.522	49.719	42.521	109.553	847.470	2 1.209.948	
Saldo em 31/12/2021										
Custo	106.115	52.383	307.192	60.036	58.043	159.287	217.055	800.278	2 1.760.391	
Depreciação acumulada	(69.850)	-	(216.617)	(19.809)	(11.277)	(132.614)	(123.252)	-	-	(573.419)
<b>Valor líquido</b>	<b>36.265</b>	<b>52.383</b>	<b>90.575</b>	<b>40.227</b>	<b>46.766</b>	<b>26.673</b>	<b>93.803</b>	<b>800.278</b>	<b>2 1.186.972</b>	

(i) Software adquirido para o uso dos funcionários da empresa e rotinas de desenvolvimento de software. (ii) Software em desenvolvimento que ainda não está sendo comercializado. (iii) Desenvolvimento de software sob um processo de inovação que já foram comercializados. As movimentações nos saldos do ativo intangível estão descritas a seguir:

	Custo							Total		
	Software desenvolvido (i)	Softwares desenvolvidos (ii)	Capitalizados	Juros	Marcas adquiridas	Tecnologia aquisições	Carteira de clientes			
Saldo em 31/12/2019	95.280	22.729	188.854	20.569	46.199	143.735	158.268	727.558	2 1.403.194	
Adição	10.201	24.703	36.621	11.955	-	-	667	355	-	84.502
Adição aquisição	110	-	-	-	20	-	-	-	-	130
Combinação de negócios	-	-	-	-	11.823	18.242	52.635	119.565	-	202.265
IAS 29	225	-	-	-	-	-	-	-	-	225
Baixas	(263)	(150)	(14)	(3)	-	-	-	-	-	(430)
Transferências	(8.693)	14.520	(5.836)	-	-	(620)	626	(8)	-	(11)
Varição cambial	(480)	-	-	-	-	-	-	-	-	(480)
Saldo em 31/12/2020	96.380	61.802	219.625	32.521	58.042	161.357	212.196	847.470	-	2 1.689.395
Adição (*)	13.074	68.778	4.361	27.515	-	-	4.859	-	-	118.587
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	689	-	689
IAS 29 (**)	636	-	-	-	-	-	-	-	-	636
Baixas	-	(48)	(20)	-	(11)	-	-	(47.881)	-	(47.960)
Transferências	(3.019)	(78.149)	83.226	-	12	(2.070)	-	-	-	-
Varição cambial	(956)	-	-	-	-	-	-	-	-	(956)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>106.115</b>	<b>52.383</b>	<b>307.192</b>	<b>60.036</b>	<b>58.043</b>	<b>159.287</b>	<b>217.055</b>	<b>800.278</b>	<b>2 1.760.391</b>	

(i) Software adquirido para o uso dos funcionários da empresa e rotinas de desenvolvimento de software. (ii) Software em desenvolvimento que ainda não está sendo comercializado. (iii) Desenvolvimento de software sob um processo de inovação que já foram comercializados. (\*) Na demonstração de fluxo de caixa, estão sendo consideradas como atividades de investimentos apenas as adições que tiveram desembolso de caixa no valor de R\$ 76.689. (\*\*) Valores referentes a atualização da IAS 29 (hiperinflação) na Napse Argentina.

**Amortização acumulada**

	Softwares desenvolvidos (i)	Desenvolvimento de Software - Juros Capitalizados	Marcas adquiridas	Tecnologia aquisições	Carteira de clientes	Total
	Saldo em 31/12/2019	(48.093)	(149.865)	(8.114)	(5.037)	(104.264)
Adição	(12.894)	(27.621)	(3.886)	(3.286)	(14.572)	(63.265)
Adição aquisição	(7)	-	-	-	-	(7)
Baixas	-	9	1	-	-	10
Transferências	531	-	-	-	-	531
Varição cambial	294	-	-	-	-	294
Saldo em 31/12/2020	(60.169)	(177.477)	(11.999)	(8.323)	(118.836)	(476.805)
Adição	(13.107)	(36.411)	(7.810)	(2.954)	(13.778)	(73.060)
Baixas	-	138	-	-	-	138
Transferências	2.867	(2.867)	-	-	-	-
Varição cambial	559	-	-	-	-	559
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(69.850)</b>	<b>(216.617)</b>	<b>(19.809)</b>	<b>(11.277)</b>	<b>(132.614)</b>	<b>(573.419)</b>
Taxa anual depreciação	10 a 20%	33%	33%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%

(i) Software adquirido para o uso dos funcionários da empresa e rotinas de desenvolvimento de software. (ii) Desenvolvimento de software sob um processo de inovação que já foram comercializados. **13.1. Teste de recuperabilidade dos Ágios** - A Companhia realiza o teste de recuperabilidade do ágio alocando-o em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), conforme apropriado. Para o teste relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou e concluiu que o Grupo Econômico como um todo (isto é, Linx S/A e todas as suas subsidiárias) constitui uma única UGC devido às sinergias em infraestrutura, desenvolvimento e desenho comercial. Dessa forma, o ágio foi integralmente alocado a esta UGC para fins de teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2021. A Companhia determinou o valor em uso como valor recuperável da UGC, o qual foi calculado pela metodologia dos fluxos de caixa descontados. No processo de determinação do valor em uso foram consideradas premissas, julgamentos e estimativas da Administração sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas e estimativas de investimentos futuros, além de estudos de mercado e projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados pelo Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) da Companhia, o qual considera, entre outras variáveis, taxa de juros de longo prazo, prêmio pelo risco-país e beta ajustado do setor. Em 31 de dezembro de 2021, o CMPC da Companhia é 10,5% (11,8% em 2020). O cálculo do valor em uso foi realizado para um período de 5 anos, com extrapolação dos fluxos de caixa projetados pelo método da perpetuidade tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios da Companhia por tempo indeterminado. Para o cálculo dos fluxos de caixa na perpetuidade, foi utilizada uma taxa de crescimento constante de 5,0% (3,5% em 2020), a qual se refere ao teto da expectativa de inflação de longo prazo divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), acrescido de 0,5% de crescimento real. O teste de recuperabilidade não resultou em perda por redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2021 uma vez que o valor em uso da UGC superou o seu saldo contábil. A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade do ágio considerando três cenários independentes de deterioração das principais premissas, conforme descrito a seguir: aumento de 1 ponto percentual na taxa de desconto dos fluxos de caixa (CMPC); redução de 10,0% no valor dos fluxos de caixa projetados para todos os anos; redução de 0,5 ponto percentual na taxa de crescimento constante, aplicada no cálculo dos fluxos de caixa na perpetuidade. O teste de redução ao valor recuperável do ágio não resultaria em perda por redução ao valor recuperável em nenhum dos três cenários independentes descritos acima. **13.2. Desenvolvimento de software** - A atividade da controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda. pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio de três anos que segundo a Administração, reflete o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos. A amortização de software desenvolvido para uso interno foi registrada em despesas gerais e administrativas e a amortização de software desenvolvido para cliente foi registrada em custo dos serviços. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$ 143.202 (R\$ 111.059 em 31 de dezembro de 2020) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, referente à pesquisa e manutenção de software desenvolvido.

**14. Direito de uso**

	Direito de uso	Equipamentos	Cloud (*)	Total
Saldo em 31/12/2019	73.482	5.180	45.377	124.039
Adição	19.403	-	4.213	23.616
Amortização	(12.864)	(1.009)	(31.568)	(45.441)
Baixas	(384)	-	-	(384)
Varição cambial	(175)	-	-	(175)
Saldo em 31/12/2020	79.462	4.171	18.022	101.655
Adição (**)	12.452	-	-	12.452
Amortização (**)	(13.951)	(1.009)	(18.022)	(32.982)
Baixas	(4.124)	-	-	(4.124)
Varição cambial	(413)	-	-	(413)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>73.426</b>	<b>3.162</b>	-	<b>76.588</b>

(\*) Locação de espaço em nuvem. (\*\*) Taxa média de amortização anual 10 a 33%. (\*\*) A Companhia e suas controladas aplicaram exceções da norma para contratos de curto prazo e baixo valor, registrados na despesa de aluguel no valor de R\$ 772 em 31 de dezembro de 2021.

**15. Empréstimos e financiamentos**

Tipo	Encargos	Taxa efetiva	Vencimento	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Empréstimo - BNDES	IPCA + 3,10% Pré fixada + Spread 1,37%	7,873% a.a.	15/12/2027	-	262.036
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,67% a.a.	6,893% a.a.	15/02/2021	-	10.118
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,96% a.a.	7,188% a.a.	15/03/2022	-	23.820
Empréstimo - Itau	TJLP + 7,20% a.a.	12,653% a.a.	-	-	-
				-	295.974

Passivo circulante 69.775  
Passivo não circulante 226.199  
Com a concretização da alteração do controle societário, decorrente da transação de combinação de negócios entre a Linx S.A. e a STNE Participações S.A, sem a anuência prévia do BNDES, a Entidade decretou o vencimento antecipado dos contratos vigentes. Os contratos de empréstimos com o BNDES foram todos pagos em 15 de outubro de 2021.

**Período**

	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	43.804
2023	-	36.479
2024	-	36.479
2025	-	36.479
2026	-	36.479
2027	-	36.479
	-	226.199

A movimentação está demonstrada a seguir:

	Consolidado 30/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Saldo anterior	295.974	209.773
Ingressos de empréstimos e financiamento	-	107.937
Encargos financeiros	29.942	22.463
Encargos financeiros pagos	(28.524)	(13.854)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(297.392)	(30.345)
<b>Total</b>	-	295.974

**16. Arrendamento a pagar**

	Taxa	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Arrendamento de propriedade	10,27%	89.000	89.708
Arrendamento de equipamentos	10,27%	659	2.535
Arrendamento de cloud	8,73%	-	13.936
		89.659	106.179
Passivo circulante		16.685	29.382
Passivo não circulante		72.974	76.797

As movimentações nos passivos de arrendamento a pagar são:

	Arrendamento de propriedade		Arrendamento de equipamentos		Arrendamento de cloud		Total dos passivos de atividades de financiamento
	de propriedade	de equipamentos	de equipamentos	de cloud	de cloud	de equipamentos	
Saldo em 31/12/2019	76.995	4.975	44.112	-	-	-	126.082
Adição	21.068	-	4.568	-	-	-	25.636
Baixas	(404)	-	-	-	-	-	(404)
Pagamentos	(16.032)	(2.742)	(38.477)	-	-	-	(57.251)
Atualização de juros	7.467	302	1.686	-	-	-	9.455
Varição cambial	614	-	2.047				

## LIX S/A

(\*) Valores referentes as parcelas contratuais fixas mensais e as estimativas dos earn-outs. (\*\*) Valores referentes ao AVP sobre as parcelas contratuais fixas mensais e earn-outs. O montante classificado no passivo não circulante será amortizado de acordo com o seguinte cronograma:

Período	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	30.192
2023	7.344	5.739
2024	5.182	2.118
2025	5.398	5.391
	17.924	43.440

Do total a pagar em 31 de dezembro de 2021, R\$ 56.959 é relacionado a consideração contingente (R\$ 99.993 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia e suas controladas esperam liquidar integralmente os valores relativos as contraprestações contingentes e não houve alterações relevantes de expectativas em relação ao ano anterior. O valor justo destas obrigações, considerou também uma taxa de juros de mercado (Selic). A hierarquia do valor justo da consideração contingente é classificada como nível 3 (Nota 28.7).

A movimentação no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	100.787	83.069
Adição por aquisição	117	57.611
Pagamentos de principal/encargos financeiros pagos	(33.803)	(42.609)
Atualização encargos financeiros/ajuste a valor presente	9.125	14.080
Contingências (*)	827	(725)
Baixa de Earn-Out (**)	(19.137)	(10.640)
	57.916	100.786

(\*) Valores de contingências oriundas das empresas adquiridas, compensados dos valores que a Companhia e suas controladas tem a pagar com os antigos administradores. (\*\*) Os valores referem-se a reversão de Earn-out sobre metas não atingidas das empresas adquiridas Mercadapp e Hiper.

### 19. Receita diferida

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita serviços (*)	21.314	17.830
Receita de royalties (**)	4.184	8.837
	25.498	26.667

Passivo circulante 24.046 23.938  
Passivo não circulante 1.452 2.729  
(\*) Refere-se a horas contratadas pelos clientes para prestação de serviço, o reconhecimento é feito após a prestação de serviço e baixa da ficha de atendimento. (\*\*) Refere-se aos saldos do diferimento dos contratos de software (Royalties) decorrentes da adoção inicial do IFRS 15/CPC 47 e movimentações subsequentes.

### 20. Imposto de renda e contribuição social - 20.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Imposto corrente</b>	-	-	(11.844)	(11.551)
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	-	-	-
<b>Imposto diferido</b>	(6.923)	4.703	(9.485)	15.277
Imposto diferido sobre o lucro do exercício	(6.923)	4.703	(21.329)	3.726
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(38.471)	(84.777)	(185.022)	(83.800)
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de 34%	13.080	28.824	62.907	28.492
Diferenças permanentes	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	6.070	(23.900)	-	-
Lei nº 11.196/05 (Incentivo a pesquisa e desenvolvimento)	-	-	-	-
Crédito fiscal não reconhecido	(26.073)	-	(56.414)	-
Não Constituição de Prejuízo fiscal	-	-	(12.857)	(19.209)
Brindes, multas e despesas indedutíveis	-	-	(1.641)	(1.041)
Lucros auferidos no exterior	-	-	(2.933)	(624)
Imposto de renda e contribuição social apurado pelo lucro presumido	-	-	(4.290)	(2.146)
Efeitos de alíquotas fiscais de controladas no exterior	-	(221)	(6.101)	(1.746)
Outras diferenças líquidas	-	-	-	-
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	(6.923)	4.703	(21.329)	3.726
Alíquota efetiva	18,00%	-	11,5%	-

20.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
IR/CS diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	9.325
Plano de opção de compra de ações	-	490
IR/CS s/ empresas no exterior	248	283
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	39	296
IR/CS diferido sobre adoção inicial IFRS 9 e IFRS 15	-	16
Provisão para ajuste a valor presente	41	423
Amortização tecnologia empresas não incorporadas	-	636
Amortização carteira de cliente empresas não incorporadas	-	1.772
Amortização aquisição de marcas não incorporadas	-	737
Outras provisões	494	913
<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos</b>	<b>822</b>	<b>14.891</b>

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
IR/CS diferidos sobre diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	(156.437)	(126.813)
IR/CS diferidos sobre ativos identificados nas aquisições	(18.335)	(20.143)
IR/CS diferido sobre adoção inicial IFRS 9 e IFRS 15	1.587	2.999
IR/CS diferidos sobre IFRS 16/CPC 06 (R2)	8.092	4.489
IR/CS s/ empresas no exterior	-	(649)
IR/CS diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	72.857	34.164
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2.668	1.767
Provisão benefícios para empregados	551	551
Provisão para contingências	3.133	3.888
Provisão para ajuste a valor presente	2.631	2.029
Plano de opção de compra de ações	968	10.884
Provisão de PLR, bônus, dissídio e horas extras	6.314	4.569
Outras provisões	(480)	850
<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos</b>	<b>(76.451)</b>	<b>(81.415)</b>

### 21. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Recursos de clientes	-	-	15.541	9.698
Contas a pagar a adquirentes	-	-	289	1.087
Antecipações de clientes	-	36	1.572	2.426
Benefício pós emprego	-	-	1.619	1.619
Parcelamento de Impostos e contribuições	-	-	187	320
Outros (*)	29	416	17.374	12.479
Total	29	452	36.582	27.629
Passivo circulante	29	452	29.594	19.482
Passivo não circulante	-	-	6.988	8.147

(\*) Corresponde substancialmente a antecipação de clientes e diversos credores da Napse no montante de R\$ 3.000 (R\$ 2.384 em 31 de dezembro de 2020) e adiantamentos diversos Linx Sistemas no montante R\$ 6.091 (R\$ 6.145 em 31 de dezembro de 2020).

22. Patrimônio líquido - 22.1. Capital social - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até R\$ 1.000.000, independentemente de reforma de seu Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração. O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O órgão competente para deliberar sobre as emissões é o Conselho de Administração, onde o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior. A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado. A partir de 1º julho de 2021, a Linx S.A. se tornou uma subsidiária integral da STNE Participações S.A. ("STNE"), uma companhia do Grupo StoneCo, em razão da incorporação, pela STNE, da totalidade das ações de emissão da Linx S.A. ("Incorporação"). O capital social é representado por ações autorizadas, subscritas e inteiramente integralizadas, sem valor nominal e está dividido da seguinte forma:

	2021		2020	
	Ações	%	Ações	%
Acionistas Fundadores	-	-	25.291.783	13,35%
Stone Participações S.A.	189.408.960	100%	21.580.000	11,39%
Morgan Stanley	-	-	13.417.368	7,10%
Absolute Gestão de Investimentos Ltda	-	-	9.703.700	5,12%
Ações em tesouraria	-	-	13.715.737	7,24%
Outros	-	-	105.700.372	55,80%
	189.408.960	100%	189.408.960	100%

Capital Social 645.447 645.447  
Ações em tesouraria - No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante das ações em tesouraria é de R\$ 262.167 (R\$ 299.856 em 31 de dezembro de 2020). 22.2. Reservas de capital - A reserva de capital está constituída da seguinte forma:

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	%	R\$	%
Ágio na subscrição de capital (a)	1.222.025	-	1.222.025	-
Lucro ou prejuízo na venda de ações em tesouraria	(28.158)	(4,59%)	(4.592)	-
Plano de opção de compra de ações (Nota 31)	22.432	-	32.278	-
Gastos com emissão de ações (b)	(96.157)	(7,87%)	(96.157)	-
	1.120.142	-	1.153.554	-

(a) Em conformidade com a Lei 6.404/76, o preço de emissão das ações sem valor nominal pode ser fixado com parte destinada à formação de reserva de capital. Em 26 de junho de 2019 com base na oferta global de ações foi verificado o ágio na subscrição de capital de R\$ 682.454. (b) Em conformidade com o Pronunciamento IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido. 22.3. Reserva legal - É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício findo em 31 de

dezembro de 2020, em conformidade com parágrafo 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Companhia não constituiu a reserva legal pois o montante das reservas legais, acrescidas das reservas de capital excederam o percentual de 30% do capital social. 22.4. Dividendos - O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de julho de 2021 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, com base nos lucros acumulados de exercícios anteriores a 2020, conforme evidenciados no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$100.000 reduzidos da reserva de lucros.

23. Provisão para contingências - A Companhia e as suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos mantém a provisão constituída no total de R\$ 22.491 (R\$ 28.929 em 31 de dezembro de 2020).

	Consolidado			Total
	Trabalhista	Cível	Tributário	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.203	1.627	8.758	19.588
Adições	2.104	1.300	5.557	8.961
Baixas	(2.305)	(748)	(324)	(3.377)
Atualização	424	196	1	621
Adição aquisição	3.136	-	-	3.136
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.562	2.375	13.992	28.929
Adições	5.255	2.264	1.061	8.580
Baixas	(7.785)	(2.520)	(2.169)	(12.474)
Atualização	430	213	-	643
Baixa aquisição	(2.144)	-	(1.043)	(3.187)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.318	2.332	11.841	22.491

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 71.994 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 58.987 em 31 de dezembro de 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída uma vez que a Administração avalia que não seja mais provável do que não uma obrigação presente na data-base. Como resultado de procedimentos de fiscalização de atuação estadual realizado em 2018, foi lavrado auto de infração pelo entendimento de que a Companhia teria realizado operações de locação de equipamentos e espaços de data center no período entre janeiro de 2014 a dezembro de 2015, sob o fundamento de que as operações possuíam natureza de serviços de telecomunicação e portanto estariam sujeitas à incidência do imposto de ICMS à alíquota de 25% e multa equivalente a 50% do valor atualizado do tributo pela falta de emissão de documentos fiscais nas operações. O montante atualizado para este processo no período findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 49.310 (R\$ 39.205 em 31 de dezembro de 2020) já incluídos na posição de risco possível mencionado acima. As possíveis contingências das empresas adquiridas são garantidas pelos antigos proprietários conforme contratos de compra e venda. A Companhia e suas controladas possuem valores retidos suficientes para garantir esses compromissos, classificados na rubrica outros créditos no balanço patrimonial, com base nas diligências realizadas durante os processos de aquisições.

24. Receita - Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta operacional	996.085	866.569
Receita recorrente	138.798	140.956
Receita não recorrente	1.134.883	1.007.525
Deduções sobre vendas		
PIS	(7.335)	(6.227)
COFINS	(33.864)	(28.729)
ISS	(26.127)	(23.415)
INSS	(42.058)	(36.126)
Outros	(9.981)	(7.547)
Cancelamentos	(27.634)	(29.104)
	(146.999)	(131.148)
<b>Total</b>	<b>987.884</b>	<b>876.377</b>

A Companhia e suas controladas não possuem créditos que representem individualmente mais que 10% da receita dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Tabela abaixo apresenta as informações geográficas conforme requerido pelo IFRS 8/CPC 22 - informações por segmentos.

	Informações Geográficas	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida		
No Brasil	937.381	833.535
No exterior	50.503	42.842
	987.884	876.377
Ativos		
No Brasil	1.921.306	2.637.939
No exterior	36.104	40.394
	1.957.410	2.678.333

	Passivos	
	31/12/2021	31/12/2020
No Brasil	591.206	1.036.342
No exterior	23.792	21.927
	614.998	1.058.269

### 25. Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Natureza		
Depreciação e amortização	(68.905)	(57.581)
Pessoal	(154.248)	(150.676)
Serviços de terceiros	(66.158)	(44.316)
Viagens e estadias	(1.668)	(1.681)
Despesa com link	(64.019)	(28.039)
Outros	(1.050)	(969)
<b>Total</b>	<b>(356.048)</b>	<b>(283.262)</b>

### 26. Receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Natureza				
Outras receitas	-	-	2.356	11.172
Pessoal	(1.767)	(1.845)	(361.545)	(285.094)
Depreciação e amortização (*)	-	-	(84.849)	(102.528)
Serviços de terceiros	(48.926)	(23.058)	(116.214)	(80.588)
Comissões	-	-	(60.942)	(49.926)
Despesa com link	-	-	(6.679)	(3.473)
Viagens e estadias	-	(59)	(2.564)	(3.314)
Propaganda e publicidade	(67)	(266)	(12.835)	(14.016)
Manutenção e conservação	-	-	(15.818)	(13.920)
Perdas eventuais	-	-	(31.114)	(55.852)
Aluguéis	-	-	(3.863)	(5.810)
Despesas com Informática	-	-	(3.233)	(1.850)
Outros	(13.425)	(821)	(85.606)	(34.615)
	(64.185)	(25.986)	(782.906)	(639.814)
Função				
Despesas administrativas e gerais	(53.471)	(25.986)	(356.897)	(310.742)
Despesas de vendas	(570)	(46)	(196.447)	(158.927)
Pesquisa e manutenção de software desenvolvido	(36)	(17)	(143.202)	(111.059)
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.108)	-	(86.360)	(59.086)
<b>Total</b>	<b>(64.185)</b>	<b>(26.049)</b>	<b>(782.906)</b>	<b>(639.814)</b>

## LINX S/A

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.003	144	49.567	45.562
Aplicações financeiras (Nota 6)	9.249	472.304	31.940	587.245
Contas a receber de clientes (Nota 7)	-	-	350.830	493.317
	<b>10.252</b>	<b>472.448</b>	<b>432.337</b>	<b>1.126.124</b>

**28.2. Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas significativas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Controladora			
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	908	-	-	908
Outros passivos (Nota 21)	29	-	-	29
	<b>937</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>937</b>

Operação	Consolidado			
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	67.963	-	-	67.963
Arrendamento a pagar (Nota 16)	16.685	-	51.588	43.150
Contas a pagar estabelecimentos comerciais	134.633	-	-	134.633
Contas a pagar por aquisição de controladas-Earn Outs (Nota 18)	11.994	-	7.457	747
Contas a pagar por aquisição de controladas-Parcelas Retidas (Nota 18)	28.889	-	11.042	-
Contas a pagar por aquisição de controladas-Outras (Nota 18)	398	-	-	398
Outros passivos (Nota 21)	29.594	4.296	2.692	-
	<b>290.156</b>	<b>4.296</b>	<b>72.779</b>	<b>43.897</b>
				<b>411.128</b>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para arrendamento a pagar e contas a pagar por aquisição de controladas. Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **28.3. Risco de mercado** - Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, TLP, IPCA, IGPM, CDI e LIBOR e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise da sensibilidade item 28.8. **28.4. Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e o risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas. **28.5. Gestão de capital** - A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas. **28.6. Análise dos instrumentos financeiros** - É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.003	1.003	144	144
Aplicações financeiras (Nota 6)	9.249	9.249	472.304	472.304
Contas a receber de clientes (Nota 7)	-	-	-	-
Outros créditos (Nota 10)	577	577	283	283
Total	<b>10.829</b>	<b>10.829</b>	<b>472.731</b>	<b>472.731</b>
Passivos financeiros				
Fornecedores	908	908	1.712	1.712
Contas a pagar estabelecimentos comerciais	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	-	-
Arrendamento a pagar (Nota 16)	-	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 18)	-	-	-	-
Outros passivos (Nota 21)	29	29	452	452
Total	<b>937</b>	<b>937</b>	<b>2.164</b>	<b>2.164</b>

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. Empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

**Instrumentos financeiros por categoria:**

	Controladora		Consolidado	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	875	128	15	129
Aplicações financeiras (Nota 6)	9.249	-	472.304	-
Outros créditos (Nota 10)	-	577	-	283
Total	<b>10.124</b>	<b>705</b>	<b>472.319</b>	<b>412</b>
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	908	-	1.712
Outros passivos (Nota 21)	-	29	-	452
Total	<b>-</b>	<b>937</b>	<b>-</b>	<b>2.164</b>

	Controladora		Consolidado	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	7.601	41.966	10.397	35.165
Aplicações financeiras (Nota 6)	31.940	-	587.245	-
Contas a receber de clientes (Nota 7)	-	350.830	-	493.317
Outros créditos (Nota 10)	-	106.610	-	74.615
Total	<b>39.541</b>	<b>499.406</b>	<b>597.642</b>	<b>603.097</b>
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	67.963	-	49.678
Contas a pagar estabelecimentos comerciais	-	134.633	-	250.618
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	-	295.974
Arrendamento a pagar (Nota 16)	-	89.659	-	106.179
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 18)	57.916	-	100.786	-
Outros passivos (Nota 21)	-	36.582	-	27.629
Total	<b>57.916</b>	<b>328.837</b>	<b>100.786</b>	<b>730.078</b>

**28.7. Hierarquia de valor justo** - O seguinte quadro demonstra a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2021:

	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Total
Ativos mensurados a valor justo				
Ativos financeiros a valor justo				
Aplicações financeiras (Nota 6)	31.940	-	-	31.940
Passivos mensurados a valor justo				
Passivos financeiros a valor justo				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	-	-
Arrendamento a pagar (Nota 16)	89.659	-	89.659	-
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 18)	57.916	-	399	57.517

Itens mensurados ao valor justo em bases recorrentes - Os passivos da Companhia relacionados as combinações de negócios são mensurados ao valor justo com inputs de nível 3. A Companhia determina o valor justo do earn-out e qualquer alteração subsequente no valor justo aplicando abordagem de desconto baseada em probabilidade ponderada. O valor justo do earn-out é avaliado considerando pagamentos que a Companhia espera realizar com base em observações internas históricas. A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação apropriadas com o auxílio de dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Não houve

transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para esses ativos. **28.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros** - Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados a variação da TJLP, TLP, CDI, IPCA, IGPM, IPC, SELIC e LIBOR, para financiamentos junto ao BNDES e contas a pagar por aquisições de empresas e CDI para aplicações financeiras. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e suas controladas estavam exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de diminuição do CDI. Com base no índice de dezembro de 2021, que foi de 9,15% (1,90% em 31 de dezembro de 2020) e este definido como cenário provável; a partir deste, foram de 25% e 50%.

Operação	Saldo em 31/12/2021	Risco	Cenário (Provável)		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras		Diminuição	9,15%	6,86%	4,58%
Receita financeira	9.249	do CDI	846	634	424

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas a qual a Companhia e suas controladas estavam exposta na data de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de aumento aos indexadores. Com base nos valores da TJLP, TLP, IPCA, IPC, IGPM, CDI, SELIC e LIBOR vigentes em 31 de dezembro de 2021, disponíveis na CETIP, IBGE, Banco Central, FGV, entre outros. Desta maneira foi definido o cenário provável para o ano de 2021 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2021. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2021	Risco	Cenário (Provável)		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES	-	Aumento	-	-	-
Taxa sujeita à variação da TJLP	11.965	Aumento	4,80%	6,00%	7,20%
Aquisição de empresas	1.003	Aumento	2,129	2,661	3,193
Taxa sujeita à variação do IGPM	18.201	Aumento	17,79%	22,24%	26,69%
Aquisição de empresas	10.271	Aumento	92	115	138
Taxa sujeita à variação do CDI	18.201	Aumento	9,15%	11,44%	13,73%
Aquisição de empresas	10.271	Aumento	1,831	2,290	2,746
Taxa sujeita à variação do IPCA	10.271	Desvalorização	10,06%	12,58%	15,09%
Aquisição de empresas	10.271	Desvalorização	573	717	860
Taxa sujeita à variação do R\$	10.271	Desvalorização	5,58%	6,98%	8,37%

(\*) Valores pós-desdobramento das ações de 13 de junho de 2016

**29. Pagamento com base em ações - 29.1. Stock option** - Foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 4 de dezembro de 2012, o Plano de Opção de Compra de Ações da Linx S.A., que estabeleça as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo Black-Scholes de precificação de opções, que considerou as variáveis e resultados as seguintes:

Número	Data	Quantidade de opções	Preço de exercício reais	Valor justo das ações	Premissas valor justo				Prazo maturidade	Data de expiração
					Dividendos - %	Volatilidade - %	Taxa de juros livre de risco - %	Expectativa de		
1ª	2013	1.842.951	6,24	4,24	3,30%	25,24%	10,27%	4 anos	2017	
2ª	2014	406.059	11,28	3,94	0,80%	25,11%	10,12%	4 anos	2018	
3ª	2015	432.855	38,72	11,86	1,28%	24,00%	12,96%	4 anos	2019	
4ª	2016	566.592	38,17	14,00	0,85%	25,01%	7,25%	4 anos	2020	
5ª	2017	391.618	16,99	3,83	1,34%	24,25%	9,71%	4 anos	2021	
6ª	2018	420.552	21,61	2,99	1,39%	23,69%	7,43%	4 anos	2022	

A seguir as movimentações no plano de opção de ações:

Opção de compra de ações	
Número de ações em circulação	Preço de exercício (em reais)
31 de dezembro de 2020	285.247
(-) Exercidas	(285.247)
<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>

Em 2021 após aquisição da Companhia pela StoneCo houve a constituição do benefício de pagamento baseado em ações, foram outorgadas 114.220 novas UARs com o preço da ação R\$ 65,15. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

**29.2. Ações restritas:** O valor justo de cada ação restrita é estimado na data da concessão com base no modelo Black-Scholes de precificação de opções, que considerou as variáveis e resultados as seguintes:

Número	Data	Quantidade de ações	Valor justo das ações	Premissas valor justo				Prazo maturidade	Data de expiração
				Dividendos - %	Volatilidade - %	Taxa de juros livre de risco - %	Expectativa de		
1ª	2016	10.446	16,00	0,80%	25,01%	13,64%	1 ano	2017	
2ª	2017	884.602	27,84	1,34%	24,25%	9,71%	4 anos	2021	
3ª	2018	448.489	18,12	1,39%	23,69%	7,43%	4 anos	2022	
4ª	2019	3.232.761	27,75	1,33%	27,14%	6,42%	4 anos	2023	
5ª	2020	854.762	20,11	1,01%	30,80%	5,11%	4 anos	2024	
6ª	2020	5.100	24,63	1,01%	30,80%	3,03%	1,7 anos	2022	
6ª	2020	19.326	20,59	1,01%	30,80%	2,90%	1 ano	2021	

A seguir as movimentações nas ações restritas:

Ações restritas	
Número de ações em circulação	Preço de exercício (em reais)
31 de dezembro de 2020	3.299.982
Outorgadas	(1.980.552)
(-) Exercidas	(1.319.430)
<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>

O efeito acumulado no período findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 18.615 (R\$ 11.981 em 31 de dezembro de 2020), registrado na demonstração do resultado como despesa com salários. Este efeito não teve impacto no caixa da Companhia. O saldo acumulado no patrimônio líquido apresentado em reserva de capital na rubrica de "plano de opções de ações" no período findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 22.432 (R\$ 32.278 em 31 de dezembro de 2020).

**30. Passivos de atividades de financiamento**

	31/12/2019		31/12/2020	
	Paga-mentos	Variação cambial	Paga-mentos	Variação cambial
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	209.773	(44.199)	107.937	22.463
Arrendamento a pagar (Nota 16)	126.082	(57.251)	2.661	9.051
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 18)	83.069	(42.609)	3.024	57.611
<b>Total dos passivos de atividades de financiamento</b>	<b>418.924</b>	<b>(144.059)</b>	<b>5.685</b>	<b>191.184</b>

Novas aquisições: 31/12/2020 - 31/12/2021

	31/12/2020		31/12/2021	
	Paga-mentos	Variação cambial	Paga-mentos	Variação cambial
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	295.974	(325.916)	-	29.942
Arrendamento a pagar (Nota 16)	106.179	(36.856)	(534)	8.403
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 18)	100.786	(33.803)	-	117
<b>Total dos passivos de atividades de financiamento</b>	<b>502.939</b>	<b>(396.575)</b>	<b>(534)</b>	<b>12.584</b>

Outros (\*): 31/12/2020 - 31/12/2021

	31/12/2020		31/12/2021	
	Paga-mentos	Variação cambial	Paga-mentos	Variação cambial
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	295.974	(325.916)	-	29.942
Arrendamento a pagar (Nota 16)	106.179	(36.856)	(534)	8.403
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 18)	100.786	(33.803)	-	117
<b>Total dos passivos de atividades de financiamento</b>	<b>502.939</b>	<b>(396.575)</b>	<b>(534)</b>	<b>12.584</b>

(\*) As movimentações incluídas na coluna de "outros" incluem os efeitos das adições da IFRS 16/CPC 06 (R2), o efeito do reconhecimento dos juros ainda não pagos sobre os empréstimos, contas a pagar por aquisição e ajuste a valor presente das aquisições.

**31. Eventos subsequentes: 31.1. Aquisição Neomode:** Em 02 de julho de 2021, a Linx Sistemas e Consultoria Ltda., assinou um acordo para adquirir uma participação societária de 40,02% das ações da Neostore Desenvolvimento de Programas de Computadores SA ("Neomode"), por meio da celebração de um Acordo de Investimento com os acionistas da Neomode. Fundada em 2016, a Neomode oferece um canal de vendas e plataforma de aplicativos de comércio "White label" com integrador diagnóstico para Enterprise Resource Planning (ERP), Point of Sale (POS), e-commerce e gateways com soluções baseadas em nuvem. O principal objetivo é o desenvolvimento e fornecimento de soluções que integrem canais online e lojas físicas no conceito omnichannel utilizando seu aplicativo e integrador. O modelo de negócios é baseado em receita recorrente (SaaS), composta por mensalidades e volume de transações. Atualmente, possui mais de 3.330 lojas físicas no sistema "clique e retire, entrega e drive thru". A aquisição foi condicionada à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), que ocorreu em 19 de novembro de 2021. A Companhia concluiu a aquisição em 07 de janeiro de 2022, por meio de aumento de capital de R\$ 6.083 e conversão de empréstimos no valor de R\$ R\$ 875, totalizando uma contraprestação transferida de R\$ 6.957. A Companhia ainda está avaliando informações adicionais no acordo para definir o tratamento contábil da aquisição. **31.2. Incorporação Mercadapp:** Em 01 de Janeiro de 2022, a Linx Sistemas e Consultoria Ltda., subsidiária integral da Companhia incorporou a subsidiária Mercadapp Soluções em Software Ltda, que opera em soluções de vendas online para supermercados de pequeno e médio porte, suas soluções de plataforma de web e delivery são baseadas em nuvem.

**DIRETORIA**  
Marcelo Baladin  
Diretor-Presidente

## LINX S/A

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de

auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6  
Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro  
Contadora CRC-1SP241544/O-0



## Quatrix GGP S/A

CNPJ/MF nº 13.900.768/0001-63

## Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V.Sas., as Demonstr. Financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social referente ao período de 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas contas do Patrimônio Líquido e das Demonstrações do Fluxo de Caixa. São Paulo, 31 de Dezembro de 2021 – **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro (Em Reais)					
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
<b>Circulante</b>	<b>5.005</b>	<b>5.005</b>	<b>Circulante</b>	<b>31.080</b>	<b>-</b>
Disponível	5.005	5.005	Outras Contas a Pagar	31.080	-
Caixa/Bancos	5.005	5.005	<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>19.361</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>36.471.294</b>	<b>35.222.844</b>	Controladas e Coligadas	-	19.361
Realizável a L. prazo	-	-	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>36.445.219</b>	<b>35.208.488</b>
Investimentos	36.471.294	35.222.844	Capital Social	5.005	5.005
Participações Societárias	36.471.294	35.222.844	Reserva Legal	1.822.011	1.760.174
<b>Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	Reserva de Lucro	34.618.204	33.443.309
Intangível	-	-	<b>Total do Passivo</b>	<b>36.476.299</b>	<b>35.227.849</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>36.476.299</b>	<b>35.227.849</b>			

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de dezembro (Em Reais)					
	2021	2020		2021	2020
<b>Receita</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Lucro Antes da C.S.L.L. e do I. Renda</b>	<b>1.236.731</b>	<b>35.203.483</b>
Receita Operacional Líquida	-	-	Provisão P/ Contribuição Social	-	-
<b>Despesas e Receitas</b>	<b>1.236.731</b>	<b>35.203.483</b>	Provisão P/ Imposto de Renda	-	-
Administrativa	(11.719)	(19.361)	<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>1.236.731</b>	<b>35.203.483</b>
Equivalência Patrimonial	1.248.450	35.222.844			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de dezembro (Em Reais)				
	Capital	Reserva Legal	Reserva Lucros	Total
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>1.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.000</b>
Constituição de Capital	4.005	-	-	4.005
Resultado do Exercício	-	-	35.203.483	35.203.483
Constituição de Reserva Legal	-	1.760.174	(1.760.174)	-
Constituição de Reserva de Lucro	-	-	35.203.483	35.203.483
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>5.005</b>	<b>1.760.174</b>	<b>33.443.309</b>	<b>35.208.488</b>
Resultado do Exercício	-	-	1.236.731	1.236.731
Constituição de Reserva Legal	-	61.837	(61.837)	-
Constituição de Reserva de Lucro	-	-	1.236.731	1.236.731
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>5.005</b>	<b>1.822.011</b>	<b>34.618.204</b>	<b>36.445.219</b>

Grazielli Maria Romeira Portella Silva Gomes Rocha – Diretora

Mozes Agamenon Mellado de Queiroz – Contador CRC nº 1SP 224.966/O-6

## Interplayers Soluções Integradas S.A.

CNPJ/ME nº 05.347.060/0001-07 – NIRE 35.300.455.339

## Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2022

**1. Data, Hora e Local:** No dia 29 de março de 2022 às 08:00 horas, na sede social da Interplayers Soluções Integradas S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Eusébio Stevaux, nº 1556, bairro Jurubatuba, CEP 04696-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do parágrafo segundo do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, com participação da totalidade dos Membros do Conselho. **3. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Arnaldo José Lewis e Sá Filho. Secretária da Mesa: Cristiane Ribeiro. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: 4.1. as demonstrações financeiras da Companhia, contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, do Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Exercício 2021"); 4.2. o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao Exercício 2021; 4.3. a aprovação da proposta de destinação do resultado do Exercício 2021; 4.4. a proposta de remuneração global dos administradores da Companhia referente ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2022; e 4.5. a convocação da Assembleia Geral Ordinária para o dia 14 de abril de 2022, às 14:00 horas, a fim de deliberar sobre as matérias de sua competência. **5. Deliberações:** Após análise submetida à deliberação, por decisão unânime da totalidade dos Conselheiros, e sem quaisquer restrições, estes deliberaram o quanto se segue: 5.1. recomendar à Assembleia Geral a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, e do Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria referentes ao Exercício 2021; 5.2. recomendar à Assembleia Geral a aprovação do Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao Exercício 2021; 5.3. Recomendar à Assembleia Geral a aprovação da destinação do lucro líquido apurado pela Companhia, no montante de R\$ 9.971.652,99 (nove milhões, novecentos e setenta e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos) da seguinte forma: a. a destinação de R\$ 498.582,65 (quatrocentos e noventa e oito mil, quinhentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.s.; b. a destinação de R\$ 2.492.913,25 (dois milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e treze reais e vinte e cinco centavos), a título de pagamento de dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia; c. a destinação de R\$ 6.980.157,09 (seis milhões, novecentos e oitenta mil, cento e cinquenta e sete reais e nove centavos) para reserva de lucros da Companhia. **5.4.** Recomendar à Assembleia Geral a aprovação da proposta de remuneração global dos administradores da companhia referente ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2022, no valor de até R\$ 6.755.546 (seis milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e seis reais); e **5.5.** Aprovar a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, para o próximo dia 14 de abril de 2022, às 14:00 horas, a fim de deliberar sobre as matérias de sua competência, autorizando os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas na presente reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, deu por encerrados os trabalhos dos quais se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme foi aprovada, e assinada por todos os conselheiros presentes. Confere com a original lavrada em livro próprio. **7. Assinaturas:** Presidente da Mesa – Arnaldo José Lewis e Sá Filho; Secretário da Mesa – Cristiane Ribeiro; Conselheiros Presentes – Arnaldo José Lewis e Sá Filho; José Carlos Penteadó Masagão; Piero Lara Rosatelli; Luis Augusto Lobão Mendes; e Magali Rogéria de Moura Leite. São Paulo, 29 de março de 2022. **Arnaldo José Lewis e Sá Filho** – Presidente da Mesa; **Cristiane Ribeiro** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 185.800/22-1 em 12/04/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Commander B.D.U. Agropecuária e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 60.109.469/0001-95

## Aviso aos Acionistas

Informamos que os haveres dos acionistas, correspondentes às frações de ações grupadas, conforme deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de fevereiro de 2022, encontram-se à disposição dos acionistas no endereço Alameda Rio Negro, nº 1105, Conjunto 81, Alphaville Industrial, CEP 06454-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

José Francisco de Sá Ribeiro – Diretor

## Greenergy Brasil Trading S.A.

CNPJ/ME nº 11.694.260/0001-01 – NIRE 35.300.377.125

## Errata – Demonstrações Financeiras de 2021

Nas Publicações das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2021 dos dias 29/04/2022 (pág. 16) e 30/04/2022 (pág. 15) no jornal Data Mercantil, deve-se (I) em relação ao valor por extenso do lucro apurado para o exercício de 2021 considerar o montante de R\$ 1.327.627,72 (um milhão, trezentos e vinte e sete mil, seiscentos e vinte e sete reais e setenta e dois centavos); e (II) em relação ao contador responsável pela Companhia, substituir o Sr. João Roberto Tagliaferrro – Contador CRC 1SP 135.442/O-2 pela Sra. Edna Ferreira Machado, inscrita no CRC 1SP 264.969/O-2.

## Luz Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 36.160.187/0001-38 – NIRE 35.300.548.311

## Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2022

**1. Data, hora e local:** Realizada no dia 18 de março de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Luz Investimentos e Participações S.A., na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, nº 4.100, 7ª andar, Sala 22, CEP 04538-132 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, na forma do disposto no Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente à Assembleia todos os acionistas da Companhia, conforme assinatura aposta no Livro de Presença dos Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Rubens Takano Parreira e como secretário o Sr. Ricardo Marques Lisboa. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (I) a mudança da sede da Companhia para a Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, Sala 7ª Andar, CEP: 04543-011, Edifício Internacional Plaza II, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo; (II) alterar o Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração da sua sede e consolidá-lo; e (III) reeleição dos atuais Diretor Presidente e Diretor sem designação específica da Companhia, Srs. Rubens Takano Parreira e Ricardo Marques Lisboa. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após discussão das matérias objeto da Ordem do Dia, os acionistas da Companhia deliberaram e aprovaram, sem quaisquer ressalvas ou reservas, o quanto segue: (i) aprovar a mudança da sede da Companhia para a Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, Sala 7ª Andar, CEP: 04543-011, Edifício Internacional Plaza II, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo; (ii) em virtude da mudança da sede da Companhia, aprovar a alteração da redação do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º – A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, Sala 7ª Andar, CEP: 04543-011, Edifício Internacional Plaza II, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação dos acionistas." (iii) tendo em vista as deliberações acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a nova redação constante do Anexo I à presente ata. (iv) Reeleger para Diretoria da Companhia o Sr. Rubens Takano Parreira, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 27.740.139-2-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 212.745.158-90, para o cargo de Diretor Presidente e reeleger para Diretoria da Companhia o Sr. Ricardo Marques Lisboa, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº 11.101.966-7-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 153.129.398-03, para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos com residência e domicílio na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 7ª andar, Condomínio Miss Silvia Morizono, Itaim Bibi, CEP 04538-132, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos contados da presente data. (v) Não obstante a assinatura dos termos de posse anexos à presente ata como Anexo II, a investidura dos membros da Diretoria ora eleitos está condicionada à assinatura dos respectivos termos de posse no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data desta assembleia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 18 de março de 2022. Mesa: Rubens Takano Parreira – Presidente; Ricardo Marques Lisboa – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 209.012/22-5 em 28/04/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## CLO Rodoanel Osasco SPE S/A

CNPJ/ME nº 29.967.703/0001-75 – NIRE 35.300.528.557

## Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1336, conjunto 41, Pinheiros, São Paulo-SP, no dia 11 de maio de 2022, às 10:00 horas em primeira convocação com a presença de acionistas que representem a maioria do capital social ou às 10:30 horas, em segunda convocação com qualquer número de presentes para tratar da seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Ordinária:** discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021, e; **Em Assembleia Extraordinária:** a) Homologação do aumento do capital social de R\$ 34.500.000,00 (trinta e quatro milhões e quinhentos mil reais), dividido em 34.500.000 (trinta e quatro milhões e quinhentas mil) ações todas ordinárias, nominativas sem valor nominal, já integralizadas em bens imóveis para R\$ 126.772.000,00 (cento e vinte e seis milhões, setecentos e setenta e dois mil reais), dividido em 126.772.000 (cento e vinte e seis milhões, setecentas e setenta e duas mil ações) das quais 92.272.000 (noventa e dois milhões duzentas e setenta e duas mil) delas emitidas pelo preço total de R\$ 119.536.158,00, sendo que desse total o montante de R\$ 92.272.000,00 é destinado à formação do Capital Social e o saldo, no montante de R\$ 27.264.158,00 é destinado à formação de reserva de capital, sendo todas as ações ordinárias, nominativas sem valor nominal; b) mudança da sede social para a Av. Brigadeiro Faria Lima, 1336, conjunto 41, Pinheiros, São Paulo-SP; c) consequente aprovação da nova redação dos artigos 1º, (denominação) e 5º, (capital social) do Estatuto Social, e; d) Ratificação do acordo de acionistas registrado na JUCESP sob nº 0.905.953/21-6 em sessão de 01/10/2021. São Paulo, 26 de abril de 2022. CLP Rodoanel Osasco S/A., Marínes Hepp Parrilla e Renato Kluger – Diretores (04, 05 e 06/05/2022)

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

## DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,0161 / R\$ 5,0167 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,9620 / R\$ 4,9640 \*

Turismo - R\$ 5,0600 / R\$

5,1700

(\*) cotação média do mercado

(\*\*) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: -2,12%

## BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,10%

Pontos: 106.528

Volume financeiro: R\$

23,357 bilhões

Maiores altas: SLC

Agrícola ON (6,69%),

Companhia Siderúrgica

Nacional ON (4,44%),

Azul PN (4,36%)

Maiores baixas: JHSF

ON (-5,81%), Magazine

Luiza ON (-4,17%), Ce-

mig PN (-3,44%)

S&amp;P 500 (Nova York):

0,48%

Dow Jones (Nova York):

0,20%

Nasdaq (Nova York):

0,22%

CAC 40 (Paris): 0,79%

Dax 30 (Frankfurt):

0,72%

Financial 100 (Londres):

0,22%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,11%

Hang Seng (Hong Kong):

0,06%

Shanghai Composite

(Xangai): 2,41%

CSI 300 (Xangai e Shen-

zhen): 2,43%

Merval (Buenos Aires):

2,26%

## Negócios

### HSBC avança na bolsa com proposta para divisão do grupo



As ações do HSBC subiram nesta terça-feira depois que seu maior acionista, a gigante chinesa de seguros Ping An, propôs uma divisão dos ativos do banco com sede em Londres em uma tentativa de melhorar os retornos.

Fontes familiarizadas com o assunto disseram na sexta-feira que a Ping An pediu ao HSBC que analisasse opções, incluindo a cisão do negócio asiático, onde obtém dois terços do lucro antes de impostos, ou tomar outras medidas para aumentar sua avaliação no mercado.

As ações do HSBC subiram 1,85% em Hong Kong ante alta de 0,1% do índice mais amplo. As bolsas de Hong Kong e Londres não

abriram na segunda-feira por causa de feriado.

O HSBC, o maior banco da Europa, não comentou a proposta da Ping An, mas defendeu em comunicado sua estratégia geral, dizendo que está no caminho certo e que está focado em executá-lo.

A gestão do presidente-executivo, Noel Quinn, no comando do HSBC nos últimos dois anos, está investindo bilhões na Ásia para impulsionar o crescimento do grupo, com foco na gestão de patrimônio, e também transferiu executivos globais para lá.

A Ping An tinha participação de 8,23% no HSBC em 11 de fevereiro, segundo dados da Refinitiv. A seguradora relatou pela primeira

vez uma participação de 5% no banco no final de 2017 e as ações do HSBC acumulam queda de 35% desde então.

“Não achamos que o envolvimento construtivo dos acionistas possa ser ruim para o preço das ações”, disseram analistas do UBS em relatório.

No entanto, eles observaram que custos de reestruturação potencialmente grandes, menor receita de rede de agências, maiores custos pós-separação por redução de benefícios de escala e, mais importante, baixas avaliações do mercado para bancos domésticos do Reino Unido minimizarão o lado positivo de qualquer desmembramento.

Reuters

### Meta abre acesso a modelo de linguagem ampla de inteligência artificial

A Meta Platforms, proprietária do Facebook, está abrindo o acesso a um modelo de linguagem amplo para pesquisa de inteligência artificial, disse a empresa de mídia social nesta terça-feira.

A Meta disse que seu modelo foi o primeiro com 175 bilhões de parâmetros a ser disponibilizado para a comunidade de pesquisa de inteligência artificial mais ampla.

“Modelos de linguagem ampla” são sistemas de processamento de linguagem natural que são treinados em grandes volumes de texto e são capazes de responder a perguntas de compreensão de leitura ou gerar novo texto.

A Meta disse que o lançamento de seu modelo “Open Pretrained Transformer (OP-

T-175B)” melhora as habilidades dos pesquisadores para entender como os grandes modelos de linguagem funcionam.

A companhia afirmou que as restrições ao acesso a esses modelos estão “impedindo o progresso nos esforços para melhorar sua robustez e mitigar problemas conhecidos, como viés e toxicidade”.

A tecnologia de inteligência artificial, que é uma área chave de pesquisa e desenvolvimento para várias plataformas online, pode perpetuar preconceitos sociais dos humanos em torno de questões como raça e gênero. Alguns pesquisadores se preocupam com os danos que podem ser disseminados por meio de modelos de linguagem ampla.

Reuters



### Google encara briga interna em pesquisa de IA para desenvolvimento de chips



O Google, da Alphabet, disse nesta segunda-feira que demitiu recentemente um gerente sênior de engenharia após colegas, cuja pesquisa sobre software de inteligência artificial ele vinha tentando desvalidar, o acusarem de assédio.

O episódio surgiu após a revista científica Nature publicar em junho um documento liderado pelas cientistas do Google Azalia Mirhoseini e Anna Goldie, apontando que a IA poderia completar uma etapa fundamental no processo de design de chips, mais rápido e melhor do que um especialista humano.

Mas outros colegas do Google, em artigo anônimo postado em março mostraram

que abordagens alternativas baseadas em software básico superaram a inteligência artificial. Uma venceu em um teste conhecido e o outra em um título proprietário do Google.

O Google se recusou a comentar sobre o rascunho vazado, mas dois funcionários confirmaram sua autenticidade.

A empresa disse que se recusou a publicar o segundo artigo porque não atendia aos seus padrões e logo depois demitiu Satrajit Chatterjee, um dos principais impulsores do trabalho. O Google se recusou a explicar a causa da demissão.

“É uma pena que o Google tenha tomado esse rumo”, disse Laurie Burgess, advogada de Chatterjee. “Sempre

foi seu objetivo ter transparência sobre a ciência, e ele pediu ao longo de dois anos que o Google resolvesse isso.”

A pesquisadora Anna Goldie disse ao New York Times que Chatterjee espalhou informações falsas sobre ela e Mirhoseini por anos. Burgess negou as alegações.

Estudos de grandes instituições como o Google em periódicos conhecidos podem ter enorme influência sobre financiamento de projetos do setor. Um pesquisador do Google disse que o artigo vazado abriu injustamente a porta para perguntas sobre a credibilidade de qualquer trabalho publicado pela empresa.

Reuters